

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LIMA

**A CASA DO ESTUDANTE DO IMPÉRIO (CEI) E A POESIA NAS  
LUTAS ANTICOLONIAIS (1944 – 1965)**

RECIFE

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LIMA

A CASA DO ESTUDANTE DO IMPÉRIO (CEI) E A POESIA NAS LUTAS  
ANTICOLONIAIS (1944 – 1965)

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à banca examinadora  
da Universidade Federal Rural de  
Pernambuco como requisito para a  
obtenção do título de Licenciado em  
História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Giselda Brito  
da Silva

RECIFE

2019

**FOLHA DE APROVAÇÃO**  
**MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LIMA**

**A CASA DO ESTUDANTE DO IMPÉRIO (CEI) E A POESIA NAS LUTAS  
ANTICOLONIAIS (1944 – 1965)**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Licenciado  
em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Recife, \_\_\_ de \_\_\_ de 2019.

**Orientadora:**

---

Giselda Brito Silva

**Examinador 01:**

---

Carlos André Silva de Moura

**Examinador 02:**

---

Rozélia Bezerra

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

*In memoria* à minha avó Mariluze Francisca. Ainda que seu falecimento tenha sido precoce e nossos dias não tenham se estendido o tanto quanto fosse necessário para que estivesse neste momento, era seu sonho se tornar licenciada. A vida não lhe concedeu essa benesse, no entanto, consegui realizar seu sonho e sou eternamente grato por tudo que me ensinou e por ter sido uma pessoa maravilhosa em minha vida. Este e outros trabalhos serão frutos, também e de algum modo, de seus sonhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal Rural de Pernambuco, por ter custeado bolsas de estudo que propiciaram a minha permanência na instituição nos últimos dois anos, além de me ter ofertado a oportunidade de fazer parte de seus quadros de pesquisa e extensão.

Ao Departamento de História, por me fornecer instrumentos necessários e de qualidade para a minha formação acadêmica.

À professora Giselda Brito Silva, minha orientadora, por ter me concedido a oportunidade de iniciar a vida no mundo de pesquisas, pela excelente orientação e todo apoio para a manutenção de meus objetivos acadêmicos.

E aos meus pais e ao meu irmão, em especial à minha mãe, que deram tudo o que puderam de si e enquanto puderam para que meu sonho se tornasse realidade.

Aos amigos e amigas da Universidade, em especial José Lauro de Carvalho Junior e Sarah Correia, que me trouxeram momentos ímpares no meu processo de formação.

Ao meu querido amigo Nairam Santana da Cunha, pelo apoio, amizade e compreensão durante a jornada acadêmica e em outros âmbitos da vida pessoal.

À Professora Rozélia Bezerra, pelo apoio, críticas e sugestões ao longo das pesquisas e de acontecimentos da vida pessoal.

Aos companheiros das atividades esportivas da Universidade, que me trouxeram muito momentos de descontração e aliviaram o peso dos dias em épocas difíceis.

Aos amigos Lucas e Pâmela, pelo apoio e pelas risadas e brincadeiras cotidianas que alegraram os últimos períodos da graduação.

À minha companheira, Maria Eduarda, pelo apoio intelectual, emocional e afetivo em todos os âmbitos, especialmente, pelo comprometimento, amizade e paixão que renovaram meu fôlego para a labuta.

## RESUMO

Tendo em vista as discussões historiográficas, fundamentadas nas abordagens da Nova História Política e Cultural, acerca das contribuições da literatura enquanto fonte para auxílio na construção da história de determinadas sociedades, o presente trabalho visa apresentar a Casa dos Estudantes do Império (1944 -1965) e os cadernos de poesia, até então condensados na coleção “Autores Ultramarinos”, produzidos no seio da associação, enquanto espaços de informação, resistência, consciencialização e esperança diante das fraturas culturais, econômicas e políticas impulsionadas pela presença do colonizador, especialmente na África Lusófona. Neste sentido, procuramos conhecer, analisar e historicizar a CEI, bem como, o perfil de seus associados, identificando, nas produções literárias contidas na coleção, as principais críticas às ações coloniais, as discussões acerca de uma identidade, a revalorização de aspectos culturais das possessões e os apontamentos ligados ao anseio de se desvencilhar do julgo português. Desse modo, o trabalho foi realizado através da leitura e análise de documentos produzidos no seio da instituição, disponíveis no acervo digital da FMS e UCCLA, e de referenciais bibliográficos, entre teses, dissertações, artigos e livros que contribuem na discussão da importância das produções literárias africanas de língua portuguesa enquanto espaço para engendrar novas visões sobre os conflitos internos e subsequentemente da História desses países, durante a segunda metade do século XX. Sendo assim, em linhas gerais, o presente trabalho busca contribuir para a elaboração de um mosaico contrastante aos discursos disseminados pelo colonizador, que ainda se encontram, de certo modo, presentes em inúmeras esferas dos saberes relacionados ao continente africano.

**Palavras-chave:** Poesia de Combate; História da África; História; CEI.

## ABSTRACT

In view of the historiographical discussions, based on the New Political and Cultural History, about the contributions of literature as a source for aid in the construction of the history of certain societies, the present study aims to present the Home of the Students of the Empire (CEI) (1944-1965) and the poetry notebooks, until then condensed in the collection "Autores Ultramarinos", produced within the association, as spaces of information, resistance, awareness and hope before the cultural, economic and political fractures driven by the presence of the colonizer, especially in Lusophone Africa. Thereby, we seek to know, analyze and historicize the Home of the Students of the Empire, as well as the profile of its members, identifying in the literary productions contained in the collection the main criticisms to colonial actions, discussions about an identity, revaluation of cultural aspects of possessions and notes related to the desire to disengage from the Portuguese domain. Thus, the study was done through the reading and analysis of documents produced within the institution, available in the digital collection of Mário Soares Foundation (FMS), Union of Capital Cities of Portuguese Language (UCCLA) and bibliographical references, among theses, dissertations, articles and books that contribute to the discussion of the importance of Portuguese-language African literary productions as a space to generate new visions about the internal conflicts and subsequently the history of these countries during the second half of the 20th century. Therefore, the present study seeks to contribute to the elaboration of a contrasting mosaic to the discourses disseminated by the colonizer, which are still present in a certain way in many spheres of knowledge related to the African continent.

**Keywords:** Combat Poetry, History of Africa, History, CEI.

## LISTA DE SIGLAS

**ACEI** – Associação da Casa dos Estudantes do Império

**CEI** – Casa dos Estudantes do Império

**FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique

**MPLA** – Movimento pela Libertação de Angola

**CONCP** – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

**FMS** – Fundação Mário Soares

**UCCLA** – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

**MUD** – Movimento de Unidade Democrática

**MAC** – Movimento Anti-colonial

**PAIGC** – O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

**MP** – Mocidade Portuguesa

**PSP** – Polícia de Serviço Público

**OUA** – Organização da Unidade Africana



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. DE FILHA DA MOCIDADE À SUBVERSÃO AO REGIME: A TRAJETÓRIA DA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO (1944 -1965) .....</b>	<b>18</b>
1.1 O ESTADO NOVO E A SUA POLÍTICA EDUCATIVA.....	18
1.2 A TRAJETÓRIA DA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO (1944 -1965): DE FILHA DO REGIME À SUBVERSÃO .....	23
1.2.1 A REPRESSÃO À CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO .....	28
<b>2. O PERFIL DOS ESTUDANTES QUE LOGRAVAM À METRÓPOLE .....</b>	<b>33</b>
2.1 UMA FORMAÇÃO COLONIAL E O PROCESSO DE CONSCIENCIALIZAÇÃO POLÍTICA .....	33
2.2 O PERFIL DO ALUNATO.....	38
<b>3. OS RÓTULOS QUE NÃO CABEM NA POESIA: A COLEÇÃO AUTORES ULTRAMARINOS E A POESIA DE RESISTÊNCIA .....</b>	<b>43</b>
3.1 LITERATURA DE RESISTÊNCIA E POESIA DE COMBATE .....	43
3.1.1 POESIA DE COMBATE .....	45
3.2 DAS OBRAS ANALISADAS.....	48
3.3 AS POESIAS ANALISADAS E OS RECORTES TEMÁTICOS DAS PRODUÇÕES.....	52
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>
5.1 ACERVOS DIGITAIS.....	60
5.2 BIBLIOGRAFIA .....	60
<b>6. ANEXOS .....</b>	<b>63</b>
6.1 ANEXO 01 .....	63
6.2 ANEXO 2 .....	64

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo central um estudo da Casa do Estudante do Império (CEI), enfocando desde os objetivos de sua criação, metas e finalidades estabelecidas para seu funcionamento e destinação aos estudantes provenientes das colônias portuguesas enquanto projeto educacional do regime salazarista, em particular para estudantes das colônias africanas. Conforme veremos ao longo deste trabalho, o espaço criado para doutrinar e nacionalizar os das colônias termina por se tornar também um espaço de efervescência e disseminação das ideias nacionalistas africanas, e de produção das ideias orientadoras das lutas pela liberação das colônias. Os 22 Cadernos de Poesia, atualmente publicados pela UCCLA, representam parcela da produção resultado destas lutas anticoloniais que procuraremos destacar em alguns momentos do trabalho.

O tema é portanto pertencente ao campo da política cultura salazarista, no âmbito dos objetivos de uma das suas instituições educativas coloniais, a Casa de Estudantes do Império (CEI), e das produções literárias produzidas por estes estudantes inspirados pelas lutas e resistência anticolonial. Deste modo, vamos trabalhar com a História de uma *Política Cultural* e buscar uma aproximação da *História com a Literatura*.

Por *Política Cultural* entendemos um campo de opção metodológica da História Política que aborda a CEI como uma instituição educativa, cuja formação, finalidades e atuação estava diretamente ligada aos objetivos do regime de governo salazarista em relação às colônias ultramarinas. Trata-se, portanto, de compreender como a política que orientava a CEI, enquanto espaço educativo em nível superior. Do outro lado, temos a produção destes estudantes no âmbito desta instituição que também se dá no campo da relação da Política com a Cultura, representada pela coleção de poesias enfocando temas interligados às lutas pela libertação das colônias. Neste último aspecto, nosso trabalho procurou estabelecer um diálogo da História com a Literatura, sobre a qual falaremos mais adiante.

Para embasamento do trabalho, buscamos conhecer citar a produção historiográfica de determinadas sociedades africanas, especialmente durante a segunda metade do século XX, entre as ex-colônias lusófonas, a fim de

conhecer suas condições educativas e de lutas anticoloniais. Também procuramos destacar as discussões historiográficas ensejadas pela História da Política Cultural acerca dos usos da literatura enquanto instrumento de orientação da resistência colonial e da valorização das tradições nativas, a exemplo das produções da CEI e que chamamos “poesia de combate”, por se tratar de uma produção literária resultado da resistência que se forma na instituição contra o colonialismo. Neste ponto é importante antecipar que, no âmbito dos objetivos do regime, com a criação da CEI se visava a formação educacional para fins do nacionalismo português de estudantes das colônias. No cotidiano da CEI, e em contato com outros estudantes do império e estudantes portugueses do ensino superior, os estudantes das colônias africanas foram tomando contato com as formas de resistência ao regime, com as ideias comunistas e antifascistas que circulavam na Metrópole.

Desta forma, os objetivos da CEI na formação de uma mentalidade nacionalista portuguesa reverteu, em contrário aos interesses do regime, na formação de uma mentalidade nacionalista africana. O que levou o regime a investir em ações repressivas sobre a instituição e seus estudantes, como mostramos adiante, com a penetração da PIDE na CEI. Conforme veremos, a CEI se tornou ambiente de várias vozes, pois, “(...) o colonialismo deixava uma sucessão de lacunas na história dessas terras e muitos escritores, falando de diferentes lugares e sob diferentes perspectivas, parecem assumir o papel de preencher com o seu saber esse vazio (...)” (CHAVES, 2004, p. 147).

Partindo dessa perspectiva, a CEI (Casa dos Estudantes do Império), especificamente as obras condensadas na coleção “Autores Ultramarinos”<sup>1</sup>, se situa em um espaço pensado como um ambiente legitimador do colonialismo, mas que em seu cotidiano se desvia dos objetivos traçados pelo regime, em razão dos próprios resultados da formação nacionalista recebida e da interlocução com outros grupos em ação de resistência. Em outras palavras, como uma expressão que manifesta visões de mundo de indivíduos e grupos,

---

<sup>1</sup> Coleção integral de 22 volumes que os até então jovens associados à Casa do Estudante do Império publicaram através dos editoriais da CEI. Em 2015, a UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) e a ACEI (Associação da Casa dos Estudantes do Império) coadunaram, reeditaram e publicaram a coleção. Disponível em: <http://www.uccla.pt/noticias/edicoes-da-casa-dos-estudantes-do-imperio/>. Acesso em: 12/08/2017.

neste mesmo sentido, expressando emoções e incorporando difusamente o conhecimento que traz consigo (FERREIRA, 2013, p.67).

Philippe Urfalino (2015, pp.12-16) leva-nos a pensar o conceito da *política cultural* da CEI como “uma casa educacional onde a política comandava as posturas e as tensões” nas relações entre os objetivos colonizadores e os dos colonizados que se iam formando. Para este autor, a política cultural envolve ainda, “agregações: soma de competências, de seguimentos administrativos, de iniciativas, de organismos, de meios artísticos interessados”. Envolve ainda ideias e crenças daqueles que participam da instituição. No caso da CEI, envolve também duas ideologias em torno do nacionalismo (o português e o africano) controlados pelos interesses do Estado e de sua ideologia autoritária. A instituição foi, portanto, palco de muitas ideias e propósitos em torno do tema do colonialismo, já que foi um espaço criado com a finalidade de educar para melhor colonizar.

No entanto, como procuramos mostrar ao longo do trabalho, o espaço se recriou. Não apenas pelas produções literárias que produziu, através das quase esboçou inúmeras formas de combate ao colonialismo, na viragem da década de 1950 e 1960, em que se observa uma consciencialização política entre os estudantes, que também se formaliza através das organizações políticas que orientam a luta de libertação (VILLEN, 2013, p. 32 -40). Vale salientar que, além das organizações, os partidos políticos e a adoção da luta armada – enquanto instrumento de resposta à violência colonial – surgem nestes ambientes que promove a formação dos futuros líderes dos movimentos de libertação.

A formalização de grupos e movimentos criaram as condições para a promoção de conferências, como as que vamos encontrar no interior da CEI. Em 1958, temos a *Conferência dos Estados Independentes Africanos*; o encontro entre líderes dos movimentos, através da OUA (Organização da Unidade Africana); e CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas), todos contribuindo para o intercâmbio de formas de resistência e enfrentamento as forças coloniais, que vão circular entre os membros da CEI.

Todavia, além da luta armada contra o exército colonial português, esses movimentos tiveram mérito de abrir ao mundo suas campanhas

de crítica ao sistema de exploração sistemática e racista do regime colonial português (VILLEN, 2013, p. 43).

E é neste clima de debate e organizações anticoloniais, que a formação na CEI vai tomando um rumo diferente daqueles pretendidos pelo regime salazarista. Na CEI, mescla-se o anseio pelo “reconhecimento internacional no âmbito jurídico da legitimidade da luta armada e, por consequência, a criminalização do colonialismo” (VILLEN, 2013, p. 43).

No campo da relação da história com a literatura, destacamos na introdução deste trabalho a importante contribuição advinda das produções literárias dos autores africanos de língua portuguesa, especialmente as produzidas na segunda metade do século XX. Com a “crise dos paradigmas da História” (CHARTIER, 2015, p. 09 -15), novas possibilidades metodológicas foram apresentadas para a compreensão da literatura enquanto fonte histórica. Desse modo, o historiador ao utilizar uma determinada produção literária, como fonte histórica, tomando-a como representação do lugar social, político e cultural dos indivíduos colonizados em formação educacional superior na Metrópole, precisa considerar que “a literatura se apodera não do passado, mas também dos documentos e das técnicas encarregados de manifestar a condição de conhecimento da disciplina história” (CHARTIER, 2015, p. 27). Sendo assim, mais do que isso, as aproximações metodológicas concebem “um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência” (FERREIRA, 2013, p. 64).

Neste caso, a proposta deste trabalho toma como base de discussão as relações que perpassam as “formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro” utilizadas por ambas formas de produção, uma vez que “valem-se de estratégias retóricas, estetizando em narrativa os fatos do quais se propõem falar” (PESAVENTO, 2005, pg. 81). As produções literárias são representativas da nova situação. Nos cadernos de poesia, vamos encontrar estes anseios subliminares, a saudade da cultura tradicional nativa evocada nos textos e o reconhecimento da cultura que parece distante. Nelas é possível perceber as visões de mundo dos seus autores entre aquele mundo educado pelo colonizador e a visão do mundo perdido pelo colonialismo. A literatura se apodera do passado e orienta o presente, aguçando os espíritos e os anseios

pela retomada daquilo que está distante. Diz-se que a literatura está perpassada pelo poder dos discursos tidos como fictícios e suas implicações para a historiografia, entretanto, Sandra Pesavento (2005) orienta o olhar do historiador para o seguinte apontamento quanto à estas questões:

(...) a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real. (...) Clio e Calíope participam da criação do mundo, como narrativas que falam do acontecido e do não-acontecido, tendo a realidade como referente a confirmar, a negar, a ultrapassar, a deformar. ( p. 80).

É exatamente dialogando com essa perspectiva que Roger Chartier, em *A História e a leitura do Tempo* (2015), chama atenção para a pujança da representação de um passado que uma produção literária pode trazer consigo. Segundo Chartier (2015), a compreensão na qual perpassa os laços entre História e Literatura se dá especialmente pelo fato de que “a literatura se apodera não só do passado, mas também dos documentos e das técnicas encarregados de manifestar a condição de conhecimento da disciplina história” (p. 27). Ainda em alusão a tal relação, o historiador Antônio Celso Ferreira (2013), em um trabalho intitulado de “A fonte fecunda”, indica a necessidade, para o historiador que se aventura em trabalhar Literatura e História, de lidar com as diferentes dimensões da produção textual,

Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio [...]. Mas também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência (FERREIRA, 2013, p. 64).

Além disso, o historiador sugere que reconheçamos a literatura não simplesmente como algo universal, mas, todavia, enquanto um fenômeno histórico e cultural que manifesta visões de mundo de indivíduos e grupos expressando emoções e subjetividades de um rico conhecimento que traz consigo. Logo, segundo Ferreira (2013), se torna “passível de receber diferentes definições em diferentes épocas e por diferentes grupos” (p. 67). Em conformidade a esta noção, outro autor que auxilia a compreensão da dimensão pujante que a palavra agrega a si, é o literato Alfredo Bosi, em sua obra *Literatura e Resistência* (2002). Bosi (2002) acredita que “a poesia é a forma mais densa e mais intensa da expressão verbal”, mais do que isso

estaria ligada às experiências mais íntimas e significativas do ser humano (p. 84). Porém, as funções que atribui a palavra fora o ponto que mais contemplou a abordagem metodológica neste trabalho, uma vez que contribuiu a se pensar como o homem se manifesta diante de uma realidade que não o contenta.

Neste caso, a palavra em “função de ação” (sendo eloquente, política e fio condutor da tentativa de expressar os sentimentos mais profundos do homem) e seu *papel de contradição* – às generalidades abusivas das ideologias dominantes, pelo fato de buscarem constantemente racionalizar e justificar o poder – são elementos preponderantes para a compreensão das produções coadunadas na coleção *Autores Ultramarinos* (BOSI, 2002, pp. 84 - 86). Bosi (2002) ainda fomentou espaços para repararmos a importância da riqueza estilística e da profundidade de observação dos autores, já que o poeta capta e externa seus valores através de imagens, figuras, timbre de vozes, gestos e outras formas que são portadoras de sentimentos que experimentamos em nós ou pressentimos no outro (pp. 119 -121). Dessa maneira, a resistência na dita *Poesia de Combate*, para Bosi (2002, p.120), pode ser analisada sob duas formas: como tema e como processo inerente à escrita. Para compreensão do Regime Salazarista, Antônio Costa Pinto (1992), Fernando Rosas (2001), Fernando Catroga (1996), Marcelo Moraes Assunção (2011) e Perry Anderson (1966), fundamentaram o arcabouço sobre discussões voltadas à política colonial do Estado Novo Português, a política educacional e o mito imperial que circundava o campo imaginário e prático do regime salazarista.

Buscando compreender a política educacional na qual a CEI estava inserida, no âmbito do projeto político e educativo esboçado pelo regime salazarista para a consolidação do Império português, procuramos fazer algumas leituras historiográficas, entre elas destacamos: “A ‘Educação Colonial’ do Salazarismo para a África: um debate das condições historiográficas atuais” e “A Educação Colonial do Império Português em África (1850 -1950)”, ambos textos publicados por Giselda Brito Silva (2015), que também orienta este trabalho com outras sugestões historiográficas que vamos desenvolver nos capítulos que se seguem. A meta foi compreender o projeto político cultural e educativo do regime de Oliveira Salazar para os estudantes

das colônias africanas. Além destas leituras em relação ao regime, outros textos, mais voltados para as formas de abordar o passado em relação ao colonialismo subsidiaram este trabalho, entre os quais damos destaque ao trabalho de Jörn Rüsen, particularmente o texto “*Como dar sentido ao passado: questões relevante de meta-história* (2009)”, através do qual promove um intenso debate sobre as questões envolvendo o *etnocentrismo* nas práticas do colonialismo. Segundo Rüsen (2009, p.174), o etnocentrismo se utiliza de estratégias culturais para buscar a efetivação de uma identidade coletiva que distingue um povo do outro, sobretudo, reprimindo e transferindo para o outro aspectos negativos visando aniquilá-los e desterritorializá-los para viabilizar o colonialismo. Ainda com base na leitura do autor, percebemos que a educação, tanto básica até o nível superior, ofertada pela política educativa do Império Português, buscava de certo modo afinar uma relação assimétrica (através de um maniqueísmo) entre os valores históricos dos lugares de origem dos assimilados em relação a metrópole. É por essa perspectiva que, os “valores positivos” da cultura do colonizador são utilizados para “moldar a imagem histórica de “si mesmo” e os valores negativos da imagem dos outros” (RÜSEN, 2009, p.175).

Outras leituras que embasaram nosso trabalho foram aquelas que dizem respeito especificamente à Casa dos Estudantes do Império (1944 -1965). Sobre esta instituição (projeto de criação, organização e objetivos), destacamos dois trabalhos foram cruciais para este trabalho. O primeiro, que trabalha o processo de consolidação do espaço e os eventos que circundam sua emaranhada trajetória foi “A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial”. (Claudia CASTELO, 2010) e “A casa dos estudantes do império e o lugar da literatura na consciencialização política” (Inocência MATA, 2015). Apoiado em Claudia Castelo (2010), procuramos abordar a Casa dos Estudantes do Império enquanto lugar de memória, que traz consigo não só a representação do lugar físico, mas toda uma noção simbólica e funcional. Colaborou também para esta compreensão a obra “*Entre memória e história: a problemática dos lugares*” (Pierre NORA, 1993). Sobre o contexto político e literário das ex-colônias lusófonas em África, bem como a influência de movimentos estético-literários como a negritude, claridade e pan-africanismo,



utilizamos a obra de Patrícia VILLEN (2013): “Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: entre harmonia e contradições”. E, por fim, na relação entre história e literatura africana, citamos José Carlos VENÂNCIO (1992) com a obra a “Literatura e Poder na África Lusófona”, que correlaciona as correntes literárias e a trajetória da classe letrada que futuramente iria compor a elite política dessas colônias.

Conforme vimos dizendo até aqui, o trabalho trata de uma instituição educativa colonial, em nível superior, que ao receber estudantes das colônias termina por criar um ambiente propício à resistência e lutas anticoloniais. Diante do controle e da vigilância da PIDE, contudo, observamos que a produção literária (poesias) ocupam um lugar nas práticas e ações das lutas de libertação, evocando-se e valorizando-se a cultura das colônias. Para tratar destas questões, procuramos dividir este trabalho em três capítulos, assim distribuídos:

No primeiro capítulo, intitulado “A trajetória da Casa dos Estudantes do Império: de filha da mocidade à subversão ao regime: (1944 -1965)”, discutimos os objetivos da política cultural e educativa do regime salazarista que embasa a criação da CEI no chamado Estado Novo Português. No decorrer do capítulo, procuramos mostrar a trajetória da CEI, desde os objetivos de sua constituição, e seus desvios para o processo de transformação em espaço de subversão e resistência ao regime são abordados. O segundo capítulo, intitulado de “O perfil dos estudantes que logravam à metrópole”, visa elucidar o processo de formação intelectual calcado pela política educacional do colonizador, o perfil dos estudantes que ingressam no ensino superior, o perfil dos associados a CEI e como atravessam o momento de consciencialização política se projetando enquanto anti-situacionistas e alimentadores dos movimentos de libertação. O terceiro capítulo, definido pelo título “Os rótulos que não cabem na poesia: a coleção autores ultramarinos e a poesia de resistência”, debate a literatura de resistência e algumas poesias. Nesta parte do trabalho, analisamos algumas produções literárias contidas na “Coleção da Casa do Estudante do Império”, procurando localizar as marcas da resistência, apresentando-as como instrumento de denúncia à violência colonial.

# 1. A TRAJETÓRIA DA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO: DE FILHA DA MOCIDADE À SUBVERSÃO AO REGIME (1944 -1965)

## 1.1 O ESTADO NOVO E A SUA POLÍTICA EDUCATIVA

O tempo e o espaço históricos são pressupostos fundantes para a o trabalho do historiador. Para desenvolver nossa temática e objetivos, é preciso conhecer alguma coisa do regime salazarista, particularmente sua política educativa e colonial estendida à CEI. Uma primeira compreensão que devemos ter é que as colônias tinham uma posição estratégica nos objetivos políticos e econômicos do regime salazarista. A criação da CEI estava, portanto, diretamente ligada aos interesses coloniais de fazer os das colônias produzirem mais e melhor, em nível superior, de onde vinham os quadros administrativos de funcionários nas colônias. Uma compreensão do *modus operandi* do Estado Novo para com suas possessões coloniais contribui para uma percepção dos formatos educacionais e políticos que foram projetados. Afinal, o que significavam as colônias para o Império Português?

Tomando como base essa indagação, inicialmente, é importante situar os elementos arregimentados em torno da política colonial do Estado Novo português para com suas possessões em África, a dita África Portuguesa. Sendo assim, é importante salientar que as bases do Estado Novo português, tinha como figura central António de Oliveira Salazar que, de acordo com Marcelo Moraes Assunção (2011, p. 01), representava uma larga parcela das classes politicamente conservadoras, militares, ruralistas, católicos e outros seguimentos que compactuavam com seu projeto de regime autoritário e corporativista, de tendências fascistas. Para além disso, o regime do Estado Novo foi apresentado como o regime que consolidaria as possessões portuguesas e a missão imperial no ultramar. Como se pode observar no Artigo Segundo do *Acto Colonial* de 1931, pelo qual se afirma que:

É de essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo

também a influência moral que lhe é adstrita pelo padroado do Oriente.<sup>2</sup>

Segundo Catroga (1996, p. 222), o projeto imperial era parte integrante da reconstrução nacional, que mobilizou vários setores políticos, a partir da noção de reconstrução do presente a partir do passado. De acordo com o historiador Fernando Rosas (2001, p.1034), as funções naturais e cruciais de civilizar e evangelizar os das colônias era inerente ao pensamento do salazarismo. Sobre o império português, Rosas (2001) elenca sete características necessárias para entende-lo:

Em primeiro lugar, o mito era *palingenético*, em outras palavras, “calcado por uma nuance natural, intrínseca ao povo português”; em segundo, o autor destaca a essência ontológica do regime (ou mito do novo nacionalismo), isso porque, o Estado Novo não seria apenas mais um regime, do contrário, era exatamente o ponto de partida para o retorno do verdadeiro destino da pátria, que havia sido afogado pelos anos do liberalismo. Assim sendo, “[...] ele cumpria-se, não se discutia, discuti-lo era discutir a nação.” (ROSAS, 2001, p. 1034). Em terceiro, o mito imperial tinha uma vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar. Em quarto, o mito da ruralidade, o qual destacava Portugal com uma ruralidade tradicional tida como característica e virtuosa onde se “bebiam as verdadeiras qualidades da raça e onde se temperava o ser nacional” (ROSAS, 2001, p.1035).

Ainda na linha de raciocínio de Rosas (2001, p. 1035), a quinta nuance dessa grande premissa seria a da pobreza honrada, em outros termos, um país essencialmente agrário tinha um aspecto incontornavelmente pobre e a conformidade de seu destino honrado traria fortes esboços para um paradigma da felicidade; em sexto, a noção de uma ordem corporativa enquanto natural, a hierarquização social era espontânea e harmoniosa, cada um tinha seu lugar na sociedade e tal pressuposto ratificava o que o Estado Novo disseminou em uma série de discursos: “O reencontro do Estado com a solução orgânica, corporativa e antiliberal permitia, assim, revelar outra vocação da

---

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto\\_colonial.pdf//](https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf//) Acesso: 07/12/2018.

essencialidade portuguesa: uma vocação de ordem, de hierarquia e de autoridade natural” (ROSAS, 2001, p.1036), já que para Salazar a adulação das massas pelo povo soberano não havia causado impactos significativos na marcha das questões políticas. Por fim, em sua última característica, o mito imperial estaria agregado a uma essência católica de identidade nacional, pois, a religião católica era elemento edificador do ser português.

É importante nesse sentido também, segundo Rosas (1995, p.21), destacarmos outros dois elementos enquanto provedores, para o que autor denomina de crise histórica da “consciência colonial”, que porventura se desdobrará na sedimentação da política imperial institucionalizada e perpetrada pelo Estado Novo, a partir de 1930, sendo eles: a crise política e econômica da primeira república e a ameaçadora instabilidade internacional causada pelos anos finais da década de 1920. Para isso, todo um aparato propagandístico, jurídico e político foi criado. Segundo Assunção (2011, p.07), a montagem de um dispositivo cultural materializado por decretos, leis, campanhas, propagandas e rituais condicionavam o povo português a um retorno a sua grandeza, em linhas gerais, o reforço ideológico era substancial na implicação do projeto de nação que o Estado Novo visava perpetrar.

Desse modo, o lugar ocupado pelas possessões em África era de importância significativa para os desdobramentos econômicos, no entanto, não se resumiria apenas a isso, mas, também, enquanto instrumento para enfatizar sua imponente e dar manutenção ao ideário de nação pluricontinental. Afirmativa bem elucidada por Marcello Caetano (sucessor e braço direito de Salazar),

A África é algo mais que uma terra a ser explorada... A África é para nós, uma justificação moral e uma razão de ser como potência. Sem ela, seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande Estado (CATEANO *Apud* ANDERSON, 1996, p.85).

Para Serpa (2001, p.71), Portugal afirmava sua pretensa e enorme potencialidade tanto quanto a positividade da política colonial ao se apresentar e se definir como “criador de nacionalidades”. E é neste contexto que a Educação surge enquanto mecanismo substancial para consolidação e manutenção dos ideários do Estado Novo. A política educacional também estará conformada em consonância com esses princípios, uma vez que,

apenas a partir de profundas transformações na máquina política e no sistema jurídico, visando combater desordens do pensamento, da vida social e contrárias à natureza e fins da Nação e do Estado, que o regime obteria sucesso. (REMÉDIO, 2012, p. 15)

Vale salientar então, que Salazar segue uma perspectiva contra-revolucionária atada às tradições e a um passado dito glorioso. Dessa forma, carregava em seu projeto político de estado a priorização do aspecto educacional enquanto instrumento crucial na formação de um novo homem e, também, do fortalecimento da soberania nacional (REMÉDIO, 2012, pp. 15-16). A centralidade dada a grandeza do Império Português se desdobrava num processo afirmativo que partia desde os menores níveis escolares, tanto na metrópole quanto nas colônias. E é nesse sentido que o Estado Novo manterá uma forte preocupação, quiçá central, com as mentalidades e o papel da escola na orientação ideológica, no entanto, a perspectiva salazarista enfatizará a importância da formação das elites, de acordo com ROSAS (2001, p. 1038).

A mudança de mentalidades, assim como a formatação das mesmas eram objectivos de Salazar. A educação era um dos meios para atingir esses propósitos. Daí o grande destaque que confere à “educação moral”, uma vez que através dela se forma o carácter do indivíduo. Pretendia-se uma “formação das almas” (REMÉDIO, 2012, p. 29).

Arregimentado a isso, ainda segundo Remédio (2012, p.19), o primeiro congresso da União Nacional (partido do governo), em 1934, elencou os reais objetivos educacionais que precisavam ser preconizados e o lugar da escola neste processo. Desse modo, a educação transmitida pelas escolas, de níveis primários até o superior, deveria arrefecer as tendências nacionalistas diante dos princípios políticos defendidos pelo Estado Novo; formar homens portugueses; cultivar o amor de Portugal e trazer à memória as glórias do passado, com objetivo de provocar orgulho, ao mesmo tempo que, os esforços presentes deveriam ser vistos enquanto mecanismos defensores da pátria e da sua verdadeira e necessária organicidade. A inculcação ideológica do regime com base numa doutrina moral-cristã atrelava a escola à seguinte proposta

A escola é, desta forma, entendida como a instituição social com capacidade de levar a cabo a identificação entre o Estado e a Nação. Produz-se um ideal comum assente num passado histórico que se

valoriza. Defende-se uma ideologia nacionalista, autoritária e conservadora que intervenha sobre os cidadãos, valorizando o treino da responsabilidade e da vontade sobre a formação intelectual. Destaca-se mais o ser que o saber. (REMÉDIO, 2012, p. 33).

A escola aparece então enquanto espaço basilar de doutrinação e integração social, em outras palavras, as sociabilidades criadas pelo espaço escolar e pelos novos rumos da política educativa transformaram desta instituição um dos principais, quiçá o principal, mecanismos de controle das práticas familiares e sociais. Seguindo a perspectiva de António Nóvoa (2005, p. 595), o Estado Novo agrega em sua base de proposição educacional a fixação das necessidades do Estado e da coletividade e é especialmente a partir de 1936 que o carácter de uma escola nacionalista passa a ser a pasta de destaque, afinal, incrustar a ideologia do regime era ação sintomática. Sob a égide dessa “ideologização a partir de valores inquestionáveis” (CAMPOS, 2011, p.02), os primeiros anos do regime, preocupados mais com a necessidade de se instaurar, trouxeram em seu limbo a tentativa de consubstanciar a nação e sua imponência ao imaginário português, partindo sobretudo do ensino primário, já que

[...] este grau de ensino representava a base propícia à formação dos valores da escola nacionalista. O resultado foi a opção por uma política educativa minimalista, cujo objectivo era levar a escola ao maior número possível de crianças, sem, contudo, “desencadear novas expectativas sociais e minimizando os efeitos de uma hipotética utilização do capital escolar como factor de mobilidade social” (CAMPOS, 2011, p.03).

Outros níveis educacionais também estavam em diálogo com a proposta do regime, seja ele liceal ou em nível superior. A respeito do ensino liceal, por exemplo, passaram a ter uma “zona geográfica de influência pedagógica”, mais do que isso, a promoção de um “desenvolvimento harmônico” dos portugueses e o intuito de contribuir na “interpenetração dos conhecimentos como instrumento de formação mental” (FERREIA; MOTA, 2014, p. 149). Nicho este, articulado e sedimentado pelas nuances centrais da política educativa do Estado Novo. Em linhas gerais, uma noção educativa atrelada a uma dimensão cívica e cristã, especialmente se mencionado o papel da disciplina de Educação Moral e Cívica “enquanto espaço de educação moral e ética, cristã e católica e compreendida pelo seu carácter instrumental de controlo individual e social” (FERREIA; MOTA, 2014, p. 158) foi basilar na estrutura curricular – que

ainda contava com a disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação.

Nessa perspectiva, fica evidente uma proposta educativa atrelada ao projeto de nacionalização do ensino, bem como a construção de uma relação bastante próxima da tríade escola-nação-território, fazendo então “[...] do Estado o educador do cidadão e da escola o seu instrumento privilegiado” (FORMOSINHO; MACHADO, 2013, p. 27). A ampliação dos espaços educacionais e do acesso a eles fazem parte de uma política de escolaridade obrigatória do Estado que, de modo geral, finca sua proposta numa

““educação para a passividade”, cujos objetivos de conformidade com o modelo social vigente se conciliam com os de mobilização dentro da lei e da ordem estabelecida. Toda a organização pedagógica e a administrativa da escola do Estado Novo se constitui num todo coerente e fortemente articulado de modo a assegurar a confluência de todas as valências para uma educação nacional” (FORMOSINHO; MACHADO, 2013, p. 28).

E é exatamente partindo dos pressupostos supracitados que emergiram instituições educacionais de grande importância para o regime, entre elas, a Mocidade Portuguesa (masculina e feminina) (1936) e, posteriormente, com uma organicidade institucional diferente dos outros espaços educativos, todavia, com objetivos propínquos, a Casa dos Estudantes do Império (1944).

## **1.2 A TRAJETÓRIA DA CEI (1944 -1965)**

Para entender o lugar social de produção de algumas das literaturas de resistência, assim como a CEI se tornou um espaço de combate aos discursos do colonizador e de disseminação de sentimentos anticoloniais e antisalazaristas é preciso que compreendamos as tensões que atravessaram o período de existência da instituição. Desse modo, inúmeros acontecimentos (inclusive o papel que a literatura assume na viragem da década de 1960) acabam por corroborar no entendimento de como a CEI passou de “filha da Mocidade portuguesa” para um espaço de subversão dos ideais do regime e “de encontro, troca de ideias, de liberdade e de sonho” (CASTELO, 2010, p. 17). Sendo assim, um importante adendo à sua trajetória é que a Casa dos Estudantes do Império (e suas delegações no Porto e em Coimbra) traz com consigo inúmeras ambiguidades ideológicas. Isso porque, a heterogeneidade em relação às ações coloniais é um elemento presente nos quadros da

associação. Segundo Inocência Mata (2015, p. 08 -10), a CEI fora palco não só de resistência aos desmandos coloniais, mas também de reconstrução e manutenção de muitos ideais do colonizador.

A Casa do Estudante do Império foi criada em 1944 por um projeto gestado pelo Ministério do Ultramar (nesse momento tendo como ministro Vieira Machado) e a Mocidade Portuguesa (tendo como comissário nacional a figura de Marcelo Caetano). Esse patrimônio formado na década de 1940 reunia a conjunção de estudantes vindos de várias partes do Ultramar (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Macau, Timor, etc), assim como, em seu início, teve a presença de muitos filhos de funcionários coloniais – que, neste caso, eram antigos associados de outras casas de estudantes (CASTELO, 2010, p.06). De acordo com Castelo (2010), os antigos formatos de composição das associações não agradavam o regime, uma vez que reuniam os estudantes em espaços separados (em função da sua colônia de origem).

Por um lado, porque esse facto contraria a ideia de unidade do império colonial português, propagandeada pelo discurso oficial; por outro, porque dificulta o controlo das actividades dos sócios. Interessa-lhe, antes, que as várias associações se fundam numa só, capaz de congregar todos os estudantes ultramarinos sob a mesma mística imperial (CASTELO, 2010, p. 06).

Nesse sentido, a visita do Ministro Vieira Machado, em 03 de julho de 1944, oficializa a proposta de união de todas as associações. Todavia, seu formato de organização passou a ser através da eleição de corpos gerentes próprios sob uma direção geral comum (CASTELO, 2010, p. 07). O biênio 1944 -1945 traz consigo inúmeras dificuldades financeiras e gestacionais, isso porque, grande parte dos quadros das direções era composto por filhos de funcionários coloniais, os quais mantinham um diálogo dificultoso com os outros associados. Dessa forma, um intenso processo de democratização das gestões fora impulsionado<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Um importante adendo à esta questão é que a CEI de Lisboa, em finais de 1945, possui cerca de 600 associados enquanto a delegação de Coimbra possuía aproximadamente 116. CASTELO, Cláudia. **A Casa dos Estudantes do Império**: lugar de memória anticolonial. In 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010 - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade : actas [Em linha]. Lisboa: CEA, 2010. [Consult. ....]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2244>. p. 08



Com novas personalidades figurando os quadros da direção, a partir de 1946, a Casa dos Estudantes do Império, segundo Castelo (2010, p. 08), poderia ser chamada de filha da mocidade portuguesa já que um dos principais objetivos da instituição era, além de “avivar o espírito português”, a associação caminhava para a consolidação de uma “política de enaltecimento e defesa do império colonial, portanto o de coroar uma espécie de consciência histórica do regime” (FARIA, 1997 *Apud* MATA, 2015, p. 08). No entanto, alguns dissensos ainda permeavam pelos quadros e foram fundamentais para a presença constante de ideais (e posteriormente mantendo ligações com vários associados) do MUD (Movimento de Unidade Democrática)<sup>4</sup>.

Vale, pois, ressaltar que a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a polícia política do regime salazarista, mantinha uma monitoração assídua acerca das atividades realizadas no seio da instituição. Segundo Castelo (2011), constantes relatórios eram elaborados no decurso de um processo de fiscalização e controle exatamente em razão da CEI ser vista como “alfobre de elementos que desenvolvem campanhas anti-situacionistas<sup>5</sup>”. Diante deste cenário, a literatura surge como uma espécie de instrumento de manifestação de ideais que contrapunham o regime e “se prestava mais a estratégias de mensagens codificadas” (MATA, 2015, p. 19). É certo que (...) na falta de documentos políticos, inexistentes ou raros, os africanos podiam encontrar os elementos essenciais da sua consciência nacional na criação literária (MARGARIDO, 2014 *Apud* MATA, 2015, p. 11). De acordo com Inocência Mata (2015), a década de 1950 (da geração de Amílcar Cabral), preenchida por outras figuras e com novas propostas para os editoriais, começa a agregar grande importância na luta contra um opressor comum. Em

---

<sup>4</sup> O dissenso acerca das ações coloniais se manifesta de forma bastante evidente neste sentido, isso porque os jovens nos quadros da direção, e que participavam do MUD, iam de encontro às ações coloniais implementadas no Ultramar, todavia, a seção da Índia na CEI, em 1950, recusa a subscrever uma nota de repúdio à presença portuguesa na Índia. Um importante adendo à esta questão é que a CEI de Lisboa, em finais de 1945, possui cerca de 600 associados enquanto a delegação de Coimbra possuía aproximadamente 116. CASTELO, Cláudia. **A Casa dos Estudantes do Império**: lugar de memória anticolonial. In 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010 - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade : actas [Em linha]. Lisboa: CEA, 2010. [Consult. ....]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2244>. p. 09

<sup>5</sup> Resposta da PIDE, datada de 9.4.1951, ao ofício confidencial do Gabinete do Ministro das Colónias, n.º 597, de 31.3.1951, Processo 329/46 SR, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

meio a esta efervescência de sentimentos anticoloniais, e possíveis ligações com o escritor Joaquim Namorado e o Ateneu de Coimbra<sup>6</sup>, o governo resolveu instaurar uma comissão administrativa para dirigir a Casa (sede) até aproximadamente meados de 1957,

Foram cinco anos de estagnação, com a CEI reduzida às funções de uma simples pensão. Os estudantes ultramarinos continuaram a frequentar o lar e a cantina, a sede e o posto clínico, mas recusaram-se a colaborar em quaisquer outras actividades promovidas pela Comissão Administrativa (ERVEDOSA, 1990 *Apud* CASTELO, 2011, p. 10).

Atividades culturais foram proibidas, livros, ficheiros, bem como sócios que supostamente – ou que de fato – possuíam ligações com instituições ou/e indivíduos que não compactuassem com os ideais do regime, foram apreendidos. Ainda segundo Castelo (2011, p.14), um dos principais motivos para a instauração de uma comissão administrativa seria pelo fato de que instituição era vista enquanto

Supostamente uma dependência do aparelho ideológico do Estado. A CEI cedo subverteu as expectativas do regime, impondo-se como um importante espaço cultural e político de contestação do salazarismo e do colonialismo, onde se reuniam os estudantes das colónias que viviam na metrópole (CASTELO, 2011, p. 15).

Assim sendo, em finais de 1957 a Comissão é retirada e as discussões acerca de um novo estatuto – que agradasse o regime, especialmente ao Ministério Nacional da Educação – ganharam um carácter acalorado. Em 1959, após a aprovação de uma série de modificações no funcionamento da casa e com uma direção já democraticamente eleita, a seção editorial ganhou novos rumos. Chefiada por nomes como o de Carlos Ervedosa, Fernando Costa Andrade e Alfredo Margarido, o Boletim Mensagem (1948) fora um utilizado como um dos principais meios de fazer circular textos dos escritores africanos.

Segundo Mata (2015), Alfredo Margarido trazia como proposta central, em relação ao uso e divulgação das literaturas, que “ (...) a produção literária devia ser acompanhada por uma manifesta posição política, que reconhecesse a independência nacional e a hegemonia da sua consciência nacional” (p. 22), mais do que isso “construir a autonomia da produção cultural de cada país” (p. 20). Nessa perspectiva, o ano de 1959 não fica marcado apenas pela adoção

---

<sup>6</sup> Figuras tidas como simpatizantes de ideais comunistas.

de novos horizontes concernentes às publicações, mas, também, ao mesmo tempo, pelo fechamento de uma das delegações da CEI, a do Porto.

As atividades culturais promovidas pela Casa dos Estudantes do Império passaram então a servir como ferramenta de politização dos sócios e de informação sobre os processos de libertação de vários territórios africanos. Neste ínterim, por volta de 1960, os associados decidem publicar um documento intitulado de “Manifesto ao Povo Português”, que, em suma, contrapunha e criticava as atitudes do regime português, assim como conclamava o direito de autodeterminação propalado pela Carta das Nações Unidas (1945). Como represália a tal ação, o regime português resolve deliberar a instauração de uma outra comissão administrativa (encerrada no ano seguinte, mas que, por outro lado visava minimizar os impactos do que fora proposto pelo manifesto). Em consonância a toda essa consubstanciação dos ideais de liberdade tanto quanto de resistência, o processo de formalização de organizações políticas – como a FRELIMO, o MPLA, o PAICG e mais abrangentes, como o MAC e a CONCP – que tinham no seio de suas fundamentações indivíduos oriundos dos quadros da CEI propiciaram um maior enrijecimento nas lutas de libertação (MATA, 2015, pp. 11 -13).

Após um forte processo de coerção, de inúmeros gastos com publicações, construções para melhor acomodar os associados e o esfacelamento dos auxílios vindos do regime – já em 1962 – a CEI iniciou, paulatinamente, a finalização de suas atividades até que, em 1965, através de mais uma intervenção da PIDE, a Casa dos Estudantes do Império é oficialmente fechada. Sua memória heterógena passou então a ter como principal legado, segundo Claudia Castelo (2011, p. 15), a possibilidade de se enxergar narrativas nacionais sobre o processo de descolonização, os desmandos coloniais e outros aspectos culturais escamoteados pela narrativa oficial do regime salazarista. Assim sendo, entender a efervescência repressiva em relação a Casa dos Estudantes do Império contribui substancialmente para enxergarmos o contorno subversivo que adquiriu durante o discorrer de sua existência.

### 1.2.1 A REPRESSÃO À CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

Inicialmente ocupada e coordenada por filhos de colonos e de funcionários que residiam nas possessões ultramarinas (em função da consolidação da fusão de todas as casas de estudantes em uma única associação, proposta feita pelo até então ministro das colônias José Vieira Machado, 1944), como já mencionado, a CEI teve a sua primeira década marcada por uma série de reformulações estruturais. Isso porque, em seus três primeiros anos de atividade, segundo Castelo (2015, p.07), através dos subsídios de governos coloniais, de empresas que apoiavam os projetos no além-mar e do ministério da colônia, foram realizadas construções como posto clínico e biblioteca, haja vista que houvera também a promoção de palestras e seminários, campeonatos esportivos e o envio constante de informações aos liceus – situados nas colônias.

O montante financeiro destinado para tais atividades desembocou em um déficit nas finanças – somada a ameaça de despejo – da instituição e gerou, de segundo Claudia Castelo (2015, p.08), por parte dos estudantes vindos das colônias, a sensação de que era necessário um processo de democratização, no intuito de dialogar tais questões com todos os residentes.

E começou a gerar-se uma agitação favorável à democratização da direcção, tanto mais que o presidente Marques Mano não olhava a despesas e até se permitiu viajar de avião! (viajar de avião naquele tempo era qualquer coisa de transcendente) (...) Como o Presidente Marques Mano continuasse sobranceiro às críticas que exigiam a democratização avolumou-se (...) até que uma bela tarde, foi realizada uma assembleia geral que teve que ser feita num anfiteatro do Liceu Camões pois contava com a afluência total dos sócios que já ultrapassavam as duas centenas (DÁSKALOS, 2013, p. 08 -09).

Contando com mais de setecentos sócios (entre Lisboa e Coimbra)<sup>7</sup> e uma forte agitação por uma nova direcção, por volta do final de 1945, uma eleição fora realizada e Aguinaldo de Veiga passa a ser o novo presidente da Casa dos Estudantes do Império. Com rápido apoio financeiro, quinze mil escudos, através da Companhia de Exportações do Ultramar Português, o regime demonstrava o empenho na “existência e regular funcionamento da

---

<sup>7</sup> Castelo, Cláudia. **A Casa dos Estudantes do Império**: lugar de memória anticolonial, 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, In 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade : actas, Lisboa, 2010. pp. 08 -09.

associação” (CASTELO, 2015, p. 08), mais do que isso, acreditava no firmamento dos ideais do espírito português através da CEI.

Ainda de acordo com Claudia Castelo (2015, pp. 09-10), o processo de vigilância e tutela sob a associação contava com amplo apoio do Ministério das Colônias e da Mocidade Portuguesa; vários inquéritos referentes à casa eram enviados para as autoridades do regime e para a polícia política (a PIDE), especialmente porque boa parte dos fundadores/idealizadores da associação eram bastante favoráveis à situação colonial. Todavia, é exatamente na viragem da década de 1940 e 1950 que

(...) a CEI (sede e delegação de Coimbra) começa a afirmar-se como um espaço de socialização anti-salazarista, de (re)descoberta das culturas africanas, de afirmação de identidades próprias (diferentes da portuguesa e diferentes entre si), de emergência de uma consciência anticolonial, por onde passam e ‘se formam’ futuros líderes e militantes dos movimentos de libertação, nomeadamente Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos (CASTELO, 2015, p. 09).

Esse novo momento que a CEI estava vivenciando abriu frechas para que PIDE recrudescesse sua atenção para às atividades realizadas no espaço, em 1951 a PIDE já chamava atenção para a existência dentro da associação de “elementos que desenvolvem campanhas anti-situacionista” (CASTELO, 2015, p. 09). Outro suposto desvio ou subversão seria a ligação de sócios da CEI com o escritor Joaquim Namorado – anti-situacionista – e com o Ateneu de Coimbra<sup>8</sup>. Em função de todos esses acontecimentos, o regime toma uma das mais evidentes ações repressivas aos ideais que estavam pululando na Casa dos Estudantes do Império: a instauração de uma comissão administrativa entre 1952 a 1957.

Foram cinco anos de estagnação, com a CEI reduzida às funções de uma simples pensão. Os estudantes ultramarinos continuaram a frequentar o lar e a cantina, a sede e o posto clínico, mas recusaram-se a colaborar em quaisquer outras actividades promovidas pela Comissão Administrativa (Ervedosa, 1990, p. 123).

A ameaça de uma formação política que fosse de encontro às ações do regime preocupava as forças institucionais do estado salazarista. Os receios

---

<sup>8</sup> Agremiação essencialmente comunista da juventude operária (novamente denunciadas num relatório da polícia política local em 1954). Castelo, Cláudia. **A Casa dos Estudantes do Império**: lugar de memória anticolonial, 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, In 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade : actas, Lisboa, 2010. p. 10.

aparentemente se mostram tão evidentes que o atual Ministro do Ultramar, Sarmiento Rodrigues, segundo Castelo (2015), enviou uma carta para Salazar conjecturando a possibilidade de extinguir a CEI, uma vez que, para o ministro, outra instituição deveria ser criada e substituir a que estava vigente já que acarretaria um problema assistencial importante (ao mesmo tempo que entregá-la completamente a MP não seria a atitude mais plausível e poderia causar sérios incômodos aos estudantes). Com vias nesta proposta, o ministro faz a indicação de uma comissão com membros do Ministério do Ultramar e da Educação no intuito de pensarem a construção de um novo lar para os estudantes (p. 10- 11). Não se sabe se essa comissão chegou a ser feita e a atuar nos formatos institucionais sugeridos por Sarmiento, todavia, em 1957, a Comissão Administrativa é deposta depois de grande pressão dos sócios, assim, novas eleições são realizadas, tanto para a escolha de novos gerentes quanto para a reformulação dos estatutos,

Os novos estatutos tiveram de ser elaborados tendo em conta os circunstancialismos e as pressões reinantes. Desapareceram, por exemplo, as antigas secções regionais, secções que eram entendidas pelas autoridades como focos de nacionalismos (ERVEDOSA, 1990, p. 124).

Após a afirmação de um novo estatuto, as secções foram diluídas e a associação passou a ser condensada por todos – não mais em subdivisões como até então vigorava. No decorrer da atuação de uma nova diretoria houve um crescente incentivo as atividades recreativas e culturais, assim como a reabertura do Boletim Mensagem e das novas propostas da Secção Editorial (agora coordenada por Carlos Ervedosa, Fernando Mourão e Alfredo Margarido). Esta que, por sua vez, acabara sendo a aposta de tais intelectuais, isso porque as propostas literárias que ganhariam mais afago da direção seriam exatamente as que trouxessem perspectivas anticoloniais e, concomitantemente, segundo Castelo (2015, p.11), a adição de novas características temáticas e linguísticas. Ainda de acordo com a autora, por volta do início dos anos 1960 já existiam mais de seiscentos sócios (incluindo os já sediados na recém-inaugurada delegação do Porto, 1959). Porém, a alta intensidade na promoção de múltiplas atividades culturais e políticas que iam de encontro aos interesses do regime, sem contar que a publicação do manifesto “Mensagem ao povo Português”, em 1960, apoiando acusações

feitas na ONU e conclamando o direito à autodeterminação, abriram espaço para a instauração de outra comissão administrativa (1960 -1961).

A partir de então, de acordo Castelo (2015) e Mata (2015), grande maioria dos associados já possuíam fichas na PIDE, a extinção da delegação do porto, a proibição do dia do estudante e alterações feitas na associação, por parte do regime (mudança do nome, evitar posicionamentos em relação a outras associações de estudantes, a admissão de um professor universitário e subsídios aprovados pelo Ministério Nacional da Educação), desembocaram numa enorme fragilização da CEI. Mesmo com a revisão de um novo estatuto, ainda em 1962, a Casa dos Estudantes do Império tem auxílio financeiro cortado – e como contrapartida, ao lado de jornais como *República* e *Jornal de Angola*, são expostas inúmeras críticas em relação as ações governamentais. Vale salientar ainda sim que, de acordo com Inocência Mata (2015, p.20), a CEI acabou por subverter as expectativas do regime e sofreu com inúmeras formas de repressão como já fora supracitado. Destacando-se então as seguintes: prisão de sócios, invasão das delegações e da sede, apreensão de ficheiros, livros e revistas e a proibição de atividades culturais.

O documento contido no anexo um, por exemplo, é um comunicado (1964) tecido por estudantes da Casa dos Estudantes do Império reivindicando explicações acerca da prisão de amigos que estavam passando férias em suas terras de origem e, ao mesmo tempo, como a implantação de um decreto (nº45653) feria a autonomia estudantil. Mais do que isso, o documento traz consigo a manifestação do descontentamento com as ações praticadas pelo aparato policial, da PIDE, durante as “revistas” ao espaço. Determinadas alusões são feitas em relação a este tocante, “3. – Ainda em outubro e por nova sortida da P.I.D.E é feita à Associação que culminou na detenção dos ficheiros, livros de contas e propostas de sócio, levados por agentes daquela organização”<sup>9</sup>;

(...) pelo bom trabalho dessas comissões surgiu o Decreto 45653 que para além de revelar sobre a matéria precipitação e profundamente desconhecimento, significou uma minimização ofensiva do trabalho

---

<sup>9</sup> (1964), "Comunicado da Casa dos Estudantes do Império", CasaComum.org, Disponível: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_55182\(2016-9-19\)/](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_55182(2016-9-19)/) acesso em: 07/12/2017.

até aí realizado pelas comissões e representou lesiva interferência nos princípios da autonomia estudantil<sup>10</sup>.

Em outros pontos, o comunicado também externa profunda indignação com o fato de um colóquio, no qual seria orientado pelo professor Dr. Magalhães Godinho, ter sido impedido de ser realizado. Porém, neste caso, não por ação da PIDE como em outra situação, mas sim pela PSP (Polícia de Serviço Público),

É facto, mesmo muito fácil, compreender mas não aceitar mais esta atitude das autoridade. E não se aceita porque em primeiro lugar vem a proibição recair sobre o que legalmente pode a Associação realizar – afinal o que está dentro das suas finalidades estatutárias (...)<sup>11</sup>.

Mesmo indo de encontro aos desmandos proporcionados pelo uso da força institucional, através dos órgãos policiaescos (de repressão), os associados não conseguiram barrar o fechamento da CEI em 06 de setembro de 1965. Diante de uma sucessão de ações que visavam podar e romper com toda a atividade cultural, política e intelectual que estava sendo germinada e consolidada na Casa dos Estudantes do Império, as afirmativas que dialogam com o processo de subversão ao regime se cristalizam. E é nesse sentido que, averiguar e compreender o perfil do alunato associado as Casas de Estudantes, tanto quanto o processo de formação – que contrapõe a situação e rearranja para finalidades emancipatórias – se torna substancial para arregimentar o tripé deste trabalho: a casa, os associados e a produção literária.

---

<sup>10</sup> (1964), "Comunicado da Casa dos Estudantes do Império", CasaComum.org, Disponível: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_55182\(2016-9-19\)//](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_55182(2016-9-19)//) acesso em: 07/12/2017.

<sup>11</sup> (1964), "Comunicado da Casa dos Estudantes do Império", CasaComum.org, Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_55182\(2016-9-19\)//](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_55182(2016-9-19)//) acesso em: 07/01/2018.



## 2. O PERFIL DOS ESTUDANTES QUE LOGRAVAM À METRÓPOLE

### 2.1 UMA FORMAÇÃO COLONIAL E O PROCESSO DE CONSCIENCIALIZAÇÃO POLÍTICA

As concepções recheadas de estereótipos – que o colono trazia consigo – em relação aos negros africanos, já ponderavam com certa proximidade o que se pensava e praticava a respeito da educação voltada para os colonizados. Isso porque, segundo Silva (2015), a “concepção de raça inferior, tida como incapaz de se civilizar e educar, exceto pelas vantagens do trabalho, vai fundamentar a noção de educação colonial junto às colônias africanas, particularmente no período de 1850 e 1950” (p. 02). Nos interessa então compreender o modelo educacional que respalda o processo de formação dos estudantes que, ao conseguirem acesso ao ensino superior, rumam à metrópole e se associam a Casa dos Estudantes do Império. Todavia, o seguinte condicionante é fundamental,

(...) a proposta educativa de Portugal para a população nativa de suas colônias englobava ações que estavam muito aquém do sistema escolar predominante para brancos, colonos e, em alguns casos, ‘assimilados; já para os indígenas “não assimilados” restava uma instrução rudimentar voltada para o trabalho. (SILVA, 2015, p. 02)

Desse modo, é importante destacarmos, inicialmente, que o modelo educacional colonial implantado junto às colônias em África trouxe enquanto prioridade viabilizar a colonização dentro de seu modelo civilizatório, haja vista que a base educacional estava centrada “para o trabalho, para a cristianização e para aprender a língua portuguesa” (SILVA, 2015, p. 02). Sendo assim, especialmente a partir da década de 1930 (ao surgirem rumores dentro da comunidade internacional que Portugal ainda subsidiava práticas de cunho escravista em suas colônias) inúmeros relatórios de campanha foram produzidos a partir de missões de estudos, desse modo, nutrindo a ideia de que houvesse uma educação também voltada para o colonizador. Acerca deste tocante, entender os nativos das colônias, as características do espaço, seus aliados e inimigos, aspectos religiosos e, principalmente, sua língua eram elementos fundamentais, tendo em vista que, de acordo com Silva (2015), no

sustentáculo dessa perspectiva subjazia a noção de que o colonizador deveria receber uma educação diferenciada pois pertencia a uma raça superior (p. 03).

Afunilando a análise para o período inicial da formação intelectual<sup>12</sup> dos associados à CEI, sobretudo nas medidas adotadas por Oliveira Salazar, as políticas educacionais parecem ainda manter uma grande aproximação com o caráter técnico e voltado para o trabalho. Segundo Silva (2015b), o retorno da Igreja Católica, afastada durante a primeira república portuguesa, ao campo das práticas de uma educação colonial também é ponto importante no entendimento do projeto salazarista, que por sua vez, reforçava

(...) uma educação para os africanos não “assimilados” e uma outra para europeus civilizadores, em nome de uma “educação nacional” para o “Império”, que escondia as práticas cotidianas de reprodução da discriminação (SILVA, 2015b, p. 09).

Situação que se reafirma com a legitimidade do Estatuto dos Indígenas de Angola e Moçambique, em 1953. Uma vez que, estavam calcadas inúmeras definições sobre o lugar de negros e seus descendentes ao que diz respeito às trajetórias em relação a formação enquanto “cidadãos portugueses”. Segundo Silva (2015b), é a partir deste momento que o sistema destinado ao ensino oficial – para as coloniais – acaba traçando como meta diluir o colonizado da sua própria história e tradições, em outras palavras, educa-los para que eles mesmos entendessem que “se civilizar” era também relegar sua “condição de indígena” (p. 09). Segundo Santos (2008)

(...) era necessário “unificar” culturalmente os povos, fazê-los sentirem-se portugueses, pelo que se afigurava importante promover o abandono de práticas tribais e a progressiva, lenta e limitada aproximação aos valores da civilização europeia. “Ler, escrever e contar” era o que a escola podia dar aos “indígenas” (p.50).

É neste espaço que o próprio ensino se divide categoricamente para africanos indígenas, africanos assimilados, europeus e não africanos. Além disso estava distribuído em estratos bem específicos; a primeira seria a rudimentar ou de adaptação que teria como objetivo “ensinar a língua portuguesa e o cristianismo a nativos” e no ensino primário “cuja última classe

---

<sup>12</sup> Cabe salientar que, a noção de intelectual trabalhada neste trabalho considera que “todo grupo social (...) cria para si (...) uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2006, p. 15). Assim, ser intelectual é, neste caso, estar ligado diretamente a uma classe/grupo social.

funcionava como admissão a outros níveis de ensino” (SANTOS, 2008, p.49). Em relação ao estudo para os assimilados e europeus, era constituído pelo ensino primário e liceal, no qual “o último ano era destinado aos que queriam seguir estudos superiores” (SANTOS, 2008, p. 50). Em linhas gerais cabe pontuar que a educação, ao serviço do Estado, trazia consigo a incumbência de modelar a criança e, ao mesmo tempo, preparar um “novo homem”. Nas próprias palavras de Oliveira Salazar isto encontrava-se expresso:

A família e a escola devem imprimir nas almas em formação, de modo a que não mais se apaguem, aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à pátria, como o dos que a fizeram e pelos séculos fora a engrandeceram<sup>13</sup>.

Em suma, as populações tidas como não-brancas deveriam sentir-se parte do corpo que integrava a Nação portuguesa – por isso, no caso da CEI, a necessidade de “avivar o espírito português” – criando laços que estimulassem o orgulho pelo sentimento de pertença. De acordo com Santos (2008, p.51), um dos maiores investimentos na educação nos territórios africanos, por parte do regime salazarista, era a promoção de unidade e, conseqüentemente, o enaltecimento da “grande nação portuguesa”.

E é tomando como base as questões discutidas acima que, de antemão, e como já mencionado anteriormente, é preciso levarmos em consideração que, a formação inicial bem como a acadêmica, dos estudantes africanos, traz consigo a ideia de que “o elemento europeu ainda desempenha um papel de relevo na composição somática dessa elite” (VENÂNCIO, 1992, p. 10). E é por essa perspectiva que as elites letradas lusófonas fazem parte de um longo historial que as torna particular – especialmente por remontarem produções desde o século XVII. Afinal, são indivíduos vindos de uma elite local e que irão compor uma elite intelectual na posteridade que são, somaticamente, grande parte dos associados a Casa dos Estudantes do Império.

Apenas em fins da década de 1940 e no início de 1950, de acordo com Venâncio (1992), fora que as elites lusófonas passaram a assumir uma consciencialização enquanto grupo social (pp. 12 -13). Partindo deste lugar,

---

<sup>13</sup> Salazar, Oliveira. **Discurso e Notas Políticas**: 1928-1943. 3ª ed., vol. IV, Coimbra, Coimbra editora, 1939, p. 309.

inicialmente, em diálogo com o lugar da literatura, o processo de consciencialização teve seus primeiros passos sedimentados por um caráter cultural, em outras palavras, as décadas de 1930 e 1940 arregimentaram produções que tinham como intencionalidade textual primeira a reivindicação cultural. Cabe destacar, desse modo, a presença de um influente número de cabo-verdianos e do movimento da Claridade (mesmo tendo muitas aproximações com os universos estéticos e culturais que predominavam na metrópole) (VENÂNCIO, 1992, p. 15). Nessa perspectiva, outros grupos de literatos foram ampliando seu campo de publicação, como no caso da emergência do grupo *Certeza* (1944). Ainda de acordo com o autor, os anos que sucedem a criação do grupo também revela um certo marasmo nas publicações, que por sua vez fora concomitante a manifestação de estudantes em outros dois pontos do Império: Luanda e Lisboa. Enquanto em Luanda se destacavam, inicialmente, os intelectuais de cor, em Lisboa os estudantes africanos dão “ (...) início ao seu processo de consciencialização e simultaneamente de libertação pelo reconhecimento da incapacidade de sobrevivência somática numa sociedade de brancos (...)” (VENÂNCIO, 1992, p.17).

Enquanto o grupo de Lisboa, formado por intelectuais oriundos de outras colônias, para além de Angola (exceptuando Cabo Verde), se sentirá bastante ligado ao pan-africanismo, por um lado, e ao movimento Negritude, com sede em Paris, pelo outro, o grupo de Luanda, de motivações políticas mais concretas, circunscrito ao espaço político de Angola, sentir-se-á mais ligado ao modernismo brasileiro e porventura [via Castro Soromenho?] ao neo-realismo português. (VENÂNCIO, 1992, p.19)

A mescla de sensações que envolvia o estranhamento a uma sociedade somática e majoritariamente formada por brancos fomentou, paulatinamente, a necessidade dos estudantes, advindos das colônias, em repensarem as ações coloniais e suas implicações nas sociedades de onde eram oriundos – assim com o lugar que ocupavam dentro da conformação metropolitana.

A escrita literária expressava a tensão existente entre esses dois mundos e revelava que o escritor, porque iria sempre utilizar uma língua europeia, era um “homem-de-dois-mundos”, e a sua escrita, de forma mais intensa ou não, registrava a tensão nascida da utilização da língua portuguesa em realidades bastante complexas. Ao produzir literatura, os escritores forçosamente transitavam pelos dois espaços, pois assumiam as heranças oriundas de movimentos e correntes literárias da Europa e das Américas e as manifestações advindas do contato com as línguas locais. Esse embate que se realizou no campo da linguagem literária foi o impulso gerador de projetos

literários característicos dos cinco países africanos que assumiram o português como língua oficial. (FONSECA e MOREIRA, 2007, p. 13)

Dessa forma, várias produções foram divulgadas no intuito de dar ainda mais consistência às indagações feitas por esses intelectuais, especialmente/inicialmente os angolanos. Esse pioneirismo vindo de Angola, segundo Venâncio (1992), traz consigo duas explicações: “a agudização da repressão colonial e a necessidade de se lançar à luta armada” (p. 24). Este último ponto, a despeito da luta armada, teoricamente pressupõe a ideia de que haja uma compreensão e interação com o público leitor, no sentido de contemplar possíveis guerrilheiros. Tal escrita tinha como característica um certo tom messiânico e contava com meios de divulgações específicos, os boletins. Desses podemos destacar *Mensagem* e *Cultura II*, que lançaram a esses autores constantes oportunidades de publicação, mais do que isso, a retomada do boletim da CEI (após o fim da primeira comissão administrativa, 1952 -1957) também colaborou para a produção e difusão dos textos. E é deste íterim que surge o que Venâncio (1992) denomina de “a geração de 50”<sup>14</sup> (alguns nomes podem ser mencionados pelo destaque em suas obras, Antonio Jacinto, Tomás Jorge, Domingos Xavier, Luandino Vieira, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Carlos Pestana (Pepetela)). Em linhas gerais, o caráter de uma reivindicação política como prioridade subjaz, segundo Venâncio (1992), em detrimento da “defesa de uma utopia por parte do topo desta sociedade crioula (...)” que acabara resultando “ (...) como solução para eliminar as contradições internas à própria sociedade e as contradições que a opõem ao todo do espaço geopolítico (...)” (p. 29).

Assim, a reivindicação por uma angolanidade potencializou o anseio de moçambicanos e cabo-verdianos no empenho para suplantar os meios estilísticos urbanos e alfabetizados, desse modo, de acordo com Venâncio (1992), passaram a adotar formas específicas de narrar seus textos e criar desvios em relação ao padrão linguístico do português europeu como uma

---

<sup>14</sup> Que por sua vez receberam grande destaque pela evidência, em suas produções, com caráter político e combativo ao regime; por adotarem formas de narrarem as literaturas orais tradicionais para superar as barreiras urbanas e de alfabetização e utilizarem da infância como um ponto de culminância de seus sentimentos anti-situacionistas. VENÂNCIO, José Carlos. **Literatura e poder na África Lusófona** – Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. pp. 25 -27

necessidade de dar expressão a um mundo semântico diferente (p. 30). De todo modo, a intencionalidade política nas obras vai sendo maturada e ganhando diferentes formas expressivas uma vez que partiam “do princípio de que uma mensagem literária é tanto mais eficaz quanto mais difícil é separá-la dos elementos formais que a viabilizam” (VENÂNCIO, 1992, p. 31). Dessa maneira, a consciencialização política passou a identificar as incapacidades do indivíduo negro de transcender o enquadramento orgânico que estava vivendo, além do mais, ofertou a possibilidade de refutar sua integração e um lugar destinado e “feito de força de trabalho” (p. 35) diante do sistema colonial. Em linhas gerais, o combate ao sistema de exploração, a denúncia às violências, a reivindicação de um estatuto original e o anseio pela emancipação política dos domínios metropolitanos foram alguns pontos que consubstanciaram a faceta combativa das produções.

## **2.2 O PERFIL DO ALUNATO**

Identificar o perfil dos estudantes que se direcionavam à metrópole (especialmente para cursarem o ensino superior) se torna importante tendo em vista que grande parte desse alunato irá compor os quadros das várias seções da CEI, bem como darão origem às elites políticas coloniais que fizeram parte dos movimentos de libertação interna. Nessa perspectiva, de acordo com Venâncio (1992), acerca do ensino formal destinado aos colonizados, o modelo implantado nas colônias designava, para os estratos superiores, uma pretensa cópia do modelo metropolitano, todavia, dois grandes problemas de qualidade faziam parte do cenário educacional das possessões: a falta de professores e a urgência que as autoridades coloniais possuíam em tornar o ensino algo quase que exclusivamente profissionalizante. De acordo com Venâncio (1992), “alguns, muito poucos, dos absolventes do grau secundário lograram deslocar-se à metrópole e frequentar um curso universitário em circunstâncias iguais às dos seus colegas europeus” (p. 06). Esse grupo, segundo o autor, majoritariamente composto por indivíduos pertencentes a famílias que ocupavam quadros no governo colonial e outras mais abastadas (aquisição de outras atividades comerciais). É palpável salientar que, esse grupo passa por dois momentos fundamentais para a construção de um panorama literário de

uma literatura africana de língua portuguesa. O primeiro diz respeito a um processo de tentativa de identificação com o colonialista; o segundo seria o de reconhecimento de uma inautenticidade cultural e humana – que tinham caído – após a consolidação da primeira fase. Concernente ao segundo momento,

Esta descoberta é o início de um processo de consciencialização que passa pela reivindicação da autenticidade cultural do seu status com os meios de expressão que o colonizador lhes legara: o idioma e a faculdade de se expressarem literariamente nele (VENÂNCIO, 1992, p. 07).

Desse modo, a inautenticidade expressada através do idioma do colonizador desvelava, por parte dos estudantes africanos alocados na metrópole, um duplo olhar de desconfiança uma vez que eram “(...)olhados com desconfiança pelos africanos das sociedades tradicionais e sem serem aceitos na sua plenitude de homens livres e pensantes pelas sociedades colonial e metropolitana (...)” (p. 07). O olhar do colonizador, marcado por inúmeros estereótipos, aparecia como entrave na legitimidade dessa classe intelectual, como resposta a toda essa descrença

(...) eles não só dão mostras de que intelectualmente eram capazes de orientar o seu próprio destino, o que até aí havia sido posto em dúvida, como também poderiam porventura com a sua retórica sensibilizar franjas intelectuais da metrópole para a sua causa (VENÂNCIO, 1992, p. 07).

E é aproveitando o ensejo desse processo de reconhecer as incredulidades por parte dos colonos que movimentos estético-literários como a negritude e o pan-africanismo acabaram sendo utilizados enquanto base teórica para muitos desses intelectuais. No entanto, é preciso levar em consideração que apenas nas décadas de 40 e 50, do século XX, é que as elites lusófonas passaram a assumir uma postura que dialogava com uma consciencialização enquanto grupo social. De acordo com Venâncio (1992), isto faz parte de um longo processo histórico que acaba tornando-as particular (p. 12).

A organização das elites em torno de um ideal de consciencialização acabara tendo como principal meio de exteriorização os boletins e revistas organizados pelos próprios intelectuais (como, por exemplo, os Caridosos com a *Revista Claridade* e a negritude com a *Revista L'Etudiant Noir*). Conforme Venâncio (1992), as décadas de 1930 e 1940 tinham como principal pano de

fundo a reivindicação cultural, enquanto a reivindicação política figurava em segundo plano, bem como ainda traziam consigo muitos referenciais europeus. Um dos maiores espécimes desse argumento seria a emergência do grupo literário *Certeza* (1994). A insurgência desse grupo se deu concomitante a manifestação de estudantes africanos nos dois pontos do Império (citados no tópico anterior): Luanda e Lisboa.

É nesta correnteza de não reconhecimento ao espaço e vivência metropolitana, com a efervescência do que Venâncio (1992) chamara de viragem literária<sup>15</sup> entre as décadas de 1950 e 1960, com a reivindicação política agora em primeiro plano, que os associados da CEI iniciariam suas intervenções políticas e culturais durante as suas produções (Agostinho Neto, por exemplo, que na década de 1950 intensificou sua participação em atividades políticas nas quais tinham como cerne de discussão os processos de libertação dos países africanos, especialmente do julgo português)<sup>16</sup>.

Ao contrário do que se pode cogitar – de que grande parte dos associados à CEI, principalmente os responsáveis pelas obras agrupadas na *Coleção Autores Ultramarinos* – os estudantes não estavam diretamente ligados aos cursos na área das humanidades, o intercâmbio dos ideais políticos, culturais, estéticos e literários se estendiam até indivíduos que faziam parte academicamente de várias áreas de conhecimento. As descrições biográficas nas obras da “Coleção Autores ultramarinos” ratificam essa afirmativa. Assim sendo, como aporte para ilustrar um perfil dos jovens associados a Casa dos Estudantes do Império, alguns pontos aparentemente corroboram para amarrar essa caracterização: grande parte já vinha de alguma outra associação estudantil (normalmente concluíam o ensino secundário em liceus em seus lugares de origem); faziam parte de várias áreas de

---

<sup>15</sup> Aparentemente já esboçada e nutrida pela criação de organizações (*Liga Africana*, 1920), a realização de eventos (os congressos Pan-africanistas), publicações de livros (*Ilha de Nome Santo*, de Francisco Jose Tenreiro, 1942) e junção de intelectuais que figurariam pelos espaços da CEI (Francisco J. Tenreiro e Mario Pinto de Andrade, em 1963, publicaram juntos o Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa) (VENÂNCIO, 1992, pp. 18 -20).

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.lusofoniapoetica.com/artigos/angola/agostinho-neto/biografia-agostinho-neto.html> Acessado em: 11/03/2018.



conhecimento<sup>17</sup>; membros e colaboradores de periódicos da imprensa local e grupos literários, tais como *Mensagem*, *Cultural II*, *O brado Africano*, etc.; findaram o ensino superior fora de seus locais de origem (especialmente na Europa); compunham quadros de movimentos intelectuais peculiares de seus países (no caso de Angola, o movimento dos *Novos Intelectuais de Angola*), assim como os quadros dos movimentos políticos que encabeçaram os processos de libertação interna. Outro ponto interessante, e neste caso dialogando com a documentação consultada na FMS (Fundação Mário Soares)<sup>18</sup>, é o tocante relacionado aos recursos financeiros necessários para prosseguir a jornada e estadia na metrópole. Diante disso, o anexo dois diz respeito a um anúncio de uma bolsa de estudos a ser concedida na metrópole pela CEI a Amílcar Lopes Cabral. O documento fora publicado pelo Boletim Oficial de Cabo Verde, nº 38, 1945<sup>19</sup>.

Dialogando com o anexo supracitado, vale salientar que, aspectos em termos de condições econômicas para a permanência na metrópole chamam atenção. Entre eles, o documento faz uma superficial referência ao baixo nível econômico dos estudantes cabo-verdianos, nessa perspectiva, raros seriam os que detinham a quantidade mínima para lograr à metrópole (cerca de 800 escudos). Nesta situação, Amílcar Lopes Cabral e outros oito candidatos (Arnaldo Lopes Mariano; Arnaldo Celestino Santos; Olavo Muniz; Eluino de Brito; Alfredo Carvalho Veiga; Eduardo Vieira Fontes; Mário Antunes Correia Pinto e Silvestre Pinheiro Faria) foram agraciados com auxílios para irem à metrópole. Neste boletim, do dia 22 de setembro de 1945, quantias são especificadas apenas no caso de Amílcar L. Cabral e Arnaldo Lopes Mariano.

---

<sup>17</sup> Alguns autores como Carlos Everdosa (Geólogo e Arqueólogo), Onésimo Silveira (atuou sempre na área da diplomacia política), José Craveirinha (Jornalista), Viriato da Cruz (Contabilista), Aguinaldo Fonseca (funcionário da previdência e pastor), Mario António (Doutor em Literaturas Africanas), Agostinho Neto (Médico), Ovídio Martins (Jornalista), João Dias (Estudou Direito), António Jacinto (Técnico em Contabilidade) demonstram a diversidade nas esferas de conhecimento.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://casacomum.org/cc/> Acessado em 03/02/2018.

<sup>19</sup> (1945), "Anúncio de uma bolsa de estudos a conceder na metrópole pela Casa dos Estudantes do Império a Amílcar Lopes Cabral", CasaComum.org, Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_42999/](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_42999/). Acessado em: 03/02/2018.

Nos pontos elucidados pela documentação, o valor da “receita do bolseiro” (ponto 03) não poderá ultrapassar cerca de 800 escudos.

Inicialmente, ou ao menos até a inferência da primeira Comissão Administrativa (1952 -1957), a CEI era organizada em seções por colônia (Angola, Moçambique, Cabo-Verde, Índia, etc) (CASTELLO, 2015, p.07), que porventura destinavam uma quantidade particular de recursos para complementar a *receita do bolseiro*. Os nove candidatos supracitados receberam da Seção de Cabo-Verde uma parte de sua renda, enquanto outra parte, no caso de Arnaldo Lopes Mariano e Amílcar L. Cabral, os liceus de onde vinham arcaram com o restante do custo necessário. Dessa maneira, as questões pontuadas neste capítulo buscam fundamentar as noções concernentes ao processo de ingresso, a pluralidade de áreas de conhecimento, os entraves financeiros e os suportes que desembocam na construção de uma elite política intelectualizada.

### 3. OS RÓTULOS QUE NÃO CABEM NA POESIA: A COLEÇÃO AUTORES ULTRAMARINOS E A POESIA DE RESISTÊNCIA

#### 3.1 LITERATURA DE RESISTÊNCIA E POESIA DE COMBATE

Tendo em vista que diante de vários acontecimentos e em recortes históricos bem específicos, as produções literárias trouxeram consigo um certo teor de cobrança ou obrigatoriedade, no sentido de assumir posições de modo mais explícito. Vale salientar que se autojustificar tem sido um processo que as atravessa em múltiplas realidades sociais. Todavia, em sociedade sob convulsões sociais, as produções passam a ser ainda mais questionadas. E é a partir desta nuance que,

No caso específico dos processos sociais, históricos, políticos e culturais envolvidos nas chamadas revoluções socialistas, os efeitos dessas convulsões políticas puseram em debate, desde os fundamentos mais remotos desses movimentos sociais, a questão do papel da literatura, da arte e da cultura em função dos objetivos e programas assumidos pelos movimentos e agentes das revoluções. Afinal, se se objetiva a construir uma nova sociedade, como a literatura se deixará afetar ou afetará a partir disso? (SILVA; SOUZA, 2016, p. 95)

Sendo assim, a postura assumida pelos movimentos revolucionários dialoga diretamente com a afirmação da literatura (seja através de romances, contos ou poemas) enquanto mecanismo que corrobora para o que Silva e Souza (2016, p. 96) compreendem enquanto “Poesia Revolucionária”, uma vez que, passaram a ofertar um repertório de temáticas onde traçar perfis estéticos e ideológicos passou a ser viável. Em consonância à tal perspectiva, no caso da literatura de resistência e na poesia de combate<sup>20</sup>, essa

arte literária, nesse sentido, não é utilizada como aparência por diferença na realidade, pois as vozes africanas que ecoam nas narrativas transcritas da oralidade tomam a realidade como um objeto que legitima a sua literatura, o que Aristóteles chama de verossimilhança (FREITAS, 2010, p. 03).

---

<sup>20</sup> Não as entendamos como instrumentos segmentados, mas que a poesia de combate carrega traços específicos de verbalização de seus tocantes e pode ser entendida como sustentáculo da Literatura de Resistência, esta que, em linhas gerais, pode ser entendida enquanto uma categoria macro, na qual abarca inúmeras formas de escrita, trazendo, a partir de cada produção literária, temáticas e objeções com direcionamentos distintos.

Tomando então como pressuposto que a Literatura de Resistência pode ser entendida a partir da perspectiva de Bosi (2002, pp. 84-86), pelo qual a palavra pode ser empregada no que o autor propõe como “função de ação” (sendo eloquente, política e fio condutor da tentativa de expressar os sentimentos mais profundos do homem) e em seu “papel de contradição”, onde também se pode observar as generalidades abusivas das ideologias dominantes, pelo fato de buscarem constantemente racionalizar e justificar o poder pela palavra oficial e pela língua valorizada, seja a partir da Casa dos Estudantes do Império, alguma organização política ou intelectual que circula (ou circulou) entre ambos os espaços, seus desdobramentos se estendem a inúmeras temáticas.

Além do mais, é preciso entender que a manifestação literária em Cabo Verde, Angola e Moçambique se dão com bastante peculiaridades, mesmo que venham a convergir sobre certas problemáticas. Isso porque, antes de tudo é preciso reconhecer as inúmeras vozes nesses escritos, suas origens e da tentativa de transcender ao plano nacional e subsequentemente a um transnacional, segundo Ribeiro (2006, p. 03).

A poesia neste ensejo, também pode ser percebida por seu caráter filosófico dentro de uma categoria reflexiva e conceitual, como sugere Ariano Suassuna (2008, p. 337), ao indagar questões relacionadas ao mundo e ao destino do homem de um modo geral. Os poemas selecionados nos tópicos subsequentes amarram outra característica, pontuada por Suassuna (2008, p.338), a ser considerada no processo de análise: a metáfora como elemento essencial. Dessa forma, o caráter estético acaba por trazer consigo “uma espécie de reformulação da filosofia inteira [...]” (SUASSUNA, 2008, p.24). Neste caso, a filosofia da cosmovisão metropolitana colonial, dita enquanto elemento harmônico e de unidade.

Exemplo disso é o poema *makèzú*, de Viriato da Cruz, no qual valoriza a língua quimbundo, retoma hábitos tradicionais particulares da cultura em Angola, como a alimentação. Isso por si só acaba por diferenciar hábitos culturais e escolhas ideológicas, ao mesmo tempo, que marca o local discursivo do autor, não necessariamente trazendo a Revolução como condicionante a ser destacado nas produções. No entanto, o mesmo não

acontece na Poesia de Combate, que prioriza majoritariamente o diálogo com questões ideológicas.

### 3.1.1 POESIA DE COMBATE

Entendida aqui como categoria inserida dentro do escopo de possibilidades de uma Literatura de Resistência, a Poesia de Combate, de acordo com Roberto Fonseca de Freitas (2010, p.01), busca externar a ideia de que o uso dos versos tem como característica basilar a necessidade de elaborar produções que tragam uma linguagem engajada com os ideais militantes. E no caso dos ideais que passam a circunscrever o âmbito político da CEI, a partir de 1950, elas passam a estar atreladas às pautas de programas revolucionários maiores, como a idealização da libertação em si ou em diretrizes organizacionais propostas pelos movimentos de libertação, como a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e MPLA (Movimento pela Libertação de Angola).

E é na sequência de arregimentação dessas noções, que porventura, nos acervos digitais da CasaComum e na Fundação Mário Soares, um dos documentos encontrados e analisados foi um caderno de poemas, produzido em 1969, pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), intitulado de “Poesia de Combate”. Que, em linhas gerais, traz consigo um caráter militante e toma a Revolução como mecanismo em busca da tão idealizada liberdade. O primeiro poema do caderno, chama atenção e pode ser utilizado como arquétipo do que se compreende enquanto processo revolucionário (numa proposição combativa as delimitações do colonizador).

Como dizer-vos o tamanho do nosso sonho?  
Durante séculos  
esperámos  
que um messias viesse libertar-nos  
Até que compreendemos  
Hoje  
a nossa Revolução  
é uma flor imensa  
em que cada dia se acrescentam

novas pétalas  
as pétalas são a terra  
reconquistada,  
o povo libertado,  
os campos cultivados,  
as escolas, os hospitais.  
O nosso sonho tem o tamanho  
da Liberdade. (FRELIMO, 1969, p. 01)

A partir desse poema, podemos tomar como condicionante uma das propostas desse diálogo entre a produção literária e ideais militantes, a medida em que a poesia de combate estaria sendo expressa nos objetivos interligados ao “acréscimo de pétalas”. Isso porque, tais pétalas são exatamente terras reconquistadas do domínio português, a libertação do povo, o retorno do cultivo do campo para fins destinados aos nativos, as escolas, os hospitais, mas, sobretudo dimensionando a liberdade como principal sonho. Em termos gerais, a linguagem militante aparece de forma bem explícita e dialoga com propostas estabelecidas pela organização.

De acordo com Silva e Souza (2016, p. 96), a expressão “poesia de combate” faz referência, dentro de uma temporalidade, a três camadas de possíveis significação, uma que se encarrega de dialogar diretamente com o título e suas referências com práticas culturais; a segunda parte, para um campo mais conceitual e faz alusão a uma dimensão teórica e epistemológica da própria poesia, da cultura e da literatura em geral diante de uma contextualização histórica e social específica. No caso de uma revolução socialista, segundo os autores, eventualmente a poesia tende a assumir um caráter normativo e prescritivo atrelada a uma conjunção de normas e formulações que englobam seus usos e intencionalidades. Por fim, a dimensão prática, que diz respeito ao conjunto de textos postos em circulação e recebidos enquanto “poesia de combate”, assim, assumem caráter não só descritivo, mas passam também a fazer parte da mobilização de um *corpus* de articulações estéticas comuns e diferenciais.

Esse sentimento revolucionário passa a ser retratado também em outros manuscritos, como o “La Poésie Africaine de Combat”<sup>21</sup> (A poesia Africana de combate), de Manuel Pinto de Andrade (primeiro presidente do MPLA). Uma vez que, nesta produção, também disponível no acervo da Casa Comum que leva seu nome. O intelectual, na primeira parte, faz questão de intitula-la de a primeira resistência e elucidar a forte ligação entre a oralidade e musicalidade que atravessam os costumes, mas, também no papel da produção literária enquanto manifestação cultural de suma importância frente ao recorte histórico (p.01).

Cabe salientar também que, jornais como Suplemento Cultural, especificamente uma matéria publicada em Março de 1977, intitulada de “Poesia Africana de Combate: O Farol da Liberdade”, traz consigo outra possibilidade de definirmos o que é a poesia de combate a partir de noções que nutrem esse caráter de algo que parte de dentro para fora.

Num trecho desta matéria, o periódico propõe dizer que a expressão literária anda consonante com o movimento de libertação nacional, ao trazer “os cantos tradicionais, exprimindo a glória dos primeiros heróis da resistência, quer os poemas em circunstância, compostos durante o período colonial, ou ainda os poemas surgidos na nova guerrilha do homem em Angola (...)”. Nesse sentido, acabam por servir de espaço para denotar uma construção maturada da poesia africana, já que ela também poderia ser vista enquanto “o espelho que reflecte a imagem ampliada da resistência dos povos contra a opressão, mas é mesmo o farol que guia a longa marcha para a liberdade (...)”<sup>22</sup>. Dessa maneira, a análise realizada com os poemas selecionados, consideram a poesia de combate enquanto linguagem direta no trato para com a manifestação de ações contraproducentes ao regime colonial.

---

<sup>21</sup> (s.d.), “La Poésie Africaine de Combat - Introduction”, de Mário Pinto de Andrade”, CasaComum.org, Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_83390//](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83390//) (2018-7-13). Acesso em 10/06/2018.

<sup>22</sup> Mário Pinto de Andrade (1977), “Nô Pintcha - Órgão do Comissariado de Estado de Informação e Turismo”, nº 293, Quinta, 3 de Março de 1977, CasaComum.org, Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_86103//](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_86103//) (2018-7-13). Acesso em: 10/06/2018.

### 3.2 DAS OBRAS ANALISADAS

A Coleção *Autores Ultramarinos* conta com 22 volumes de cadernos de poemas que foram publicados entre o recorte temporal vigente da CEI (1944 - 1965). Nesse sentido, a coleção diz respeito a inúmeras produções que condensam diversificadas discussões, seja da exploração do trabalho, da introjeção de hábitos culturais, da violência colonial bem como acerca da esperança de um futuro desatado do domínio português. Organizada pela UCCLA e pela ACEI, com apoio institucional da Câmara Municipal de Lisboa, do Ministério de Negócios Estrangeiros e do Camões Instituto de Cooperação e da Língua, a coleção fora publicada em 2015. Nesse sentido, vale salientar que grande parte da produção disseminada é de autoria de angolanos, contando apenas com dois moçambicanos (João Dias e José Craveirinha), três cabo-verdianos (Onésimo Silveira, Ovídio Martins e Aguinaldo Fonseca) e duas obras de um português (Alfredo Margarido) que, por sua vez, também trata de temáticas relacionadas ao contexto Angolano. Com a reedição e publicação realizada pela UCCLA, uma nova obra fora implementada, em outras palavras, um número especial: “A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política” (2015), de autoria da professora Inocência Mata<sup>23</sup>..

As obras contidas na coleção são as seguintes: “Linha do Horizonte” (Aguinaldo Fonseca), “Godido” (João Dias), “Amor” (Mário António), “Fuga” (Arnaldo Santos), “A Cidade e a Infância” (Luandino Vieira), “Poemas” (Viriato da Cruz), “Poemas de Circunstância” (António Cardoso), “Terra de Acácias Rubras” (Costa Andrade), “Kissanje” (Manuel dos Santos Lima), “Poemas” (Agostinho Neto), “Poemas” (António Jacinto), “Poesias” (Alexandre Dáskalos), “Diálogo” (Henrique Abranches), “Poesia Angolana” (Tomaz Vieira da Cruz), “Caminhada” (Ovídio Martins), “Chigubo” (José Craveirinha), “Quinaxixe” (Arnaldo Santos), “Cancioneiro Popular Angolano” (Gonzaga Lambo), “Literatura Angolana” (Carlos Ervedosa), “Consciencialização na Literatura

---

<sup>23</sup> Inocência L. S. Mata (São Tomé e Príncipe). Doutora em Letras e com pós-doutoramento em Estudos Pós-coloniais (Postcolonial Studies, Identity, Ethnicity, and Globalization, *University of California at Berkeley/London School of Economics*), é professora da Faculdade de Letras da *Universidade de Lisboa* na área de Literaturas, Artes e Culturas. Disponível em: <http://agalia.net/component/k2/item/44-professora-doutora-inoc%C3%A2ncia-mata.html>// acesso em: 10/12/2017.



Caboverdiana” (Onésimo Silveira), “Negritude e Humanismo” (Alfredo Margarido) e “Canções Populares de Nova Lisboa” (Alfredo Margarido).

Em detrimento da quantidade significativa de obras a serem analisadas, houve necessidade de optar por selecionar as três obras (de gênero resenha histórica) e alguns poemas que recortem a discussão da poesia em seu caráter de resistência. Desse modo, entendo-a assim como instrumento que pode se manifestar não só através de críticas diretas ao sistema colonial, mas também, ao mesmo tempo, elucidar uma escrita que dialoga com outras temáticas, como por exemplo: a exaltação de características físicas e intelectuais dos negros africanos, das riquezas naturais ou até mesmo a desconstrução de um imaginário carregado de maculas acerca dos territórios e vivências em África. Como já chama atenção Bosi (2002, p. 56), para o caráter político e de contraposição aos ideais dominantes que perpassa na poesia, a figura do poeta e sua escrita são fundamentais para este processo. Carlos Ervedosa, jornalista e ensaísta angolano, em sua obra, “A literatura Angolana”, publicada pela CEI, em 1963, já chamava a atenção para este tocante

(...) na medida em que a Poesia, sendo a linguagem pura dos homens, lança o poeta na crista dos anseios, das angústias e das alegrias dos próprios homens. Antes do sociólogo, antes do político ou do economista, o poeta está vendo e está denunciando todo um processo de transformação social. Daí o poeta ser incômodo e isso transformar-se em incomodidade para o próprio poeta. Não é por mera coincidência que os poetas povoam ao lado dos políticos, por essa Europa fora, as prisões. Porque o poeta é político? Sem dúvida: o poeta é homem. (ERVEDOSA, 1963, p. 36)

Mesmo frente as impugnações repressivas dos aparatos institucionais do Estado Salazarista, a poesia e o desejo de através dela se manifestar sobrepõe as dificuldades de afirmação de seus trabalhos. Sendo assim, das vinte e duas obras que compõem a coleção, um importante destaque inicial, pode ser atribuído ao processo de historização de movimentos estéticos-culturais e do de formação literária explanadas, especialmente, em “Negritude e humanismo” (1964), de Alfredo Margarido, “A literatura Angolana” (1963), de Carlos Ervedosa e “Consciencialização na literatura Caboverdiana” (1963), de Onésimo Silveira.

No entanto, algumas questões precisam ser pontuadas com o intuito de exemplificar a diversidade não só da escrita dos autores, mas,

concomitantemente, dos conteúdos e interesses em suas produções. A princípio, Margarido<sup>24</sup>, em “Negritude e Humanismo” (1964), problematiza o modo como Jean Paul Sartre aborda a negritude e a intitula de humanismo negro. De acordo com Margarido (1964, p. 09), Sartre acredita em um filtro de pureza, em outras palavras em um homem negro da natureza onde uma essência peculiar se afirma através de uma percepção mítica. No entanto, o autor elenca os principais fatores a serem discutidos na noção de “Humanismo Negro” disseminada por Sartre. Dentre eles: o racismo anti-racista (transvestido em seus discursos), o sentimento de coletivismo, o ritmo, a concepção sexual, a comunicação com a natureza e o culto dos antepassados.

(...) a negritude sartriana é, quase sempre, o louvor sistemático de elementos que, afirmando-se por via de uma mítica <<essência negra>>, só podiam ser comentados, interpretados e compreendidos no plano do sentimento. (...) do plano lírico-irracional em que Sartre sempre colocou a negritude (...) (MARGARIDO, 1964, pp. 10 -11).

Em linhas gerais, Margarido (1964, p. 10) afirma que Sartre trata as sociedades africanas como algo inerte e relacionadas a uma posição à margem em relação ao mundo. Além do mais, percepções generalizadas e que marginalizam a cor negra aparecem frequentemente. Em termos de coletivismo, por exemplo, o autor tece forte crítica a Sartre uma vez que, o filósofo francês “parece querer dizer que as sociedades africanas desconhecem a exploração do homem pelo homem” (MARGARIDO, 1964, p. 22), todavia, Margarido (1964, p.23) o contrapõe e ratifica que “(...) tal coletivismo não constitui um elemento caracteristicamente negro mas se encontra, em graus diversos, nas sociedades cujo padrão econômico se identifica com o das sociedades africanas”. É fato então que, a tentativa constante de enxertar conceituações europeias na realidade africana aponta como a ocupação europeia provoca profundas fraturas sociais nas realidades africanas.

Segundo Margarido (1963, p.33), ao que concerne ao campo sexual, na África, a vida seria dominada pelo sexo; havia um comportamento sexual livre e impulsos sexuais demasiadamente agressivos e Sartre ainda tratava o

---

<sup>24</sup> Levando em consideração que o intuito do trabalho não está calcado em uma análise nos pormenores, mas sim em realizar alguns apontamentos que arregimentam temáticas e noções construídas a partir das produções literárias advindas da CEI.

fenômeno da Negritude como algo que emana a partir de uma “compreensão das coisas por simpatia”. Atrelando sua análise a vários universos da conjuntura social, o trabalho não ficava de fora, “Sartre coloca-se numa posição idealista, posição característica do formulário português, que procura ardidamente escamotear a dura realidade do trabalho produtor” (MARGARIDO, 1963, p. 35).

Desse modo, a segunda obra do gênero resenha histórica foi “A literatura Angolana” (1963), de Carlos Ervedosa, pela qual é abordado o processo de formação da literatura angolana, assim como o lugar que ela ocupa na consciencialização política e formação intelectual dos indivíduos. Outras questões pertinentes também são elucidadas, como por exemplo, a importância de explorar a oralidade no discorrer das produções literárias, a historicização da construção dos 4 (quatro) principais grupos literários angolanos entre os seguintes recortes: 1880, 1896, 1950 e 1957. Mais do que isso, traz a reflexão da preponderante contribuição dos jornais como espaços para manifestação de insatisfações, tanto quanto o trato que possuíam com múltiplos temas de diversas áreas do conhecimento (Linguística, História, Etnografia). Outro aspecto é como inúmeros poemas ressaltam críticas à corrupção e a venalidade.

Porventura, vale salientar uma certa aproximação entre Ervedosa (1963) e Margarido (1964) ao ratificarem os fossos causados não só pela presença do colono, mas também das guerras em busca pelo poder. Ervedosa (1963) marca com certa ênfase, durante a sua ocorrência, o erro dos movimentos literários em Angola

Os movimentos literários angolanos pecaram pela sua reduzida difusão pelo grande público. Não amparados pelos grandes meios da propaganda que são em Angola a Imprensa e a Rádio, sem uma editora que lhes publicasse os livros, os novos escritores não lograram alcançar um limitado número de leitores. Por isso, não nos espante que no Chamado <<I Encontro dos Escritores de Angola>>, realizado em Sá da Bandeira no corrente ano, um participante do conclave afirmasse – referindo-se a Agostinho Neto e Viriato da Cruz, duas das pedras fundamentais da poesia angola – que << vivendo há mais de 20 anos em Angola, só há dois anos ouvira falar nesses dois malfeitores.>> (ERVEDOSA, 1963, p. 43).

É compreensível que o apontamento de Ervedosa (1963) seja pertinente e justifique, em certo ponto, a pouca circulação das obras desses autores,

todavia, cabe pensarmos esse alcance perante os problemas colocados pelo próprio autor. Isso porque, sem apoio (e o conseqüente sufocamento) dos grandes meios midiáticos, a inexistência de uma editora local e uma construção escrita que vai de encontro aos interesses situacionistas, a circulação, de modo geral, sofria com limitações estruturais.

A terceira obra do gênero supracitado, “Consciencialização na literatura Caboverdiana” (1963), de Onésimo Silveira, é dividida em duas partes. Na primeira, trata especificamente de dois campos temáticos: a inviabilidade do prosseguimento em cabo verde, do movimento claridoso e suas caracterizações gerais, e a inadequação do Movimento às realidades sociais do Arquipélago. Na segunda, aborda o aparecimento de uma literatura de reivindicação *para-africana* e sua integração aos problemas de Cabo Verde dentro de uma problemática geral, assim como o surto de uma consciencialização autêntica (as manifestações literárias e os novos rumos que as condicionam).

A obra de Onésimo Silveira (1963) concede destaque, de forma sucinta, a dois tópicos: à crítica destinada ao formato de identificação que o movimento pretendeu realizar em relação a Cavo Verde e o que o autor aponta como a principal falha do movimento claridoso: a demorada construção de “(...) uma atividade crítica que propiciasse uma antítese das posições assumidas frente à realidade social” (SILVEIRA, 1963, p. 16).

### **3.3 AS POESIAS ANALISADAS E OS RECORTES TEMÁTICOS DAS PRODUÇÕES**

Tendo em vista a abrangência dos temas que os mais de 100 poemas condensados na coleção *Autores Ultramarinos* trazem consigo, algumas escolhas foram realizadas elencando temáticas específicas, bem como algumas produções que externam subjetividades e manifestações concernentes às realidades sociais que circunscreviam os autores. Assim sendo, destacam-se os seguintes nas produções: a precarização histórica da escrita do colono em relação às sociedades africanas, a afirmação de resistência, a sobrevalorização dos pormenores físicos, externalização de hábitos, costumes, ritos e elementos da cultura, denúncias em relação a exploração do trabalho e das riquezas naturais, o estranhamento a

determinados hábitos europeus (suas canções, por exemplo), os estigmas que o negro carrega desde o processo de escravização, a crítica a introjeção de costumes – e sua reprodução – europeizados, a secundarização emplacada aos mais velhos e as tradições pela cultural colonial.

Outros pontos também são enfatizados, como suas esperanças (pela liberdade e conseqüentemente um futuro melhor) e o amplo trabalho com elementos que se circunscrevem dentro de suas cosmologias: a vida, a morte, a infância, a importância das danças, das cantigas e a preservação de dialetos locais. Este último aspecto chama atenção por ser utilizado também enquanto tática e estratégia para driblar restrições impostas pelo regime.

Nesse ensejo, o poema “Não me aprisionem os gestos”, do cabo-verdiano Ovídio Martins (1963), exemplifica a manifestação do sentimento de esperança: “Ainda sonho cavalgadas de estrelas/ e danças lúbricas de flores/ em madrugadas azuis/ e jardins suspensos de outro/ e crianças aladas a brincar/ e gargalhadas de prata (...)” (MARTINS, 1963, p. 07). O uso de uma série de metáforas compõe o arcabouço da escrita de grande parte dos autores, já que através delas suas subjetividades e uma outra série de universos são contemplados (SUASSUNA, 2008, p. 337). No entanto, o ser criança aparece no poema como uma espécie de retorno a tempos melhores e de uma imaginação fértil:

E que diria o meu eu-adulto/ ao meu eu-criança/ – o único afinal –/  
que sabe viver sonho e poesia?/ Ah por favor/ não me aprisionem os  
gestos/ que a criança em mim não desertou ainda. (MARTINS, 1963,  
p. 08)

Afinal, qual o papel que a palavra exerce diante desta conjuntura social recheada de conflitos? O poema “Identidade” (1951), de Aguinaldo Fonseca, elucida um pouco essa indagação. Segundo o poeta,

Cada poema que escrevo  
É uma fuga para além de mim  
Cada palavra que sinto e depois digo  
É um quebrar de algemas e um voar distante  
Chora em mim a saudade daquilo que não fui,  
Canta em mim a alegria daquilo que serei... (FONSECA, 1951, p. 12)

É nesta vertente que podemos pensar a poesia como “(...) a forma mais densa e mais intensa de expressão verbal” (BOSI, 2003, p. 84). Ao mesmo tempo enquanto elemento que instiga o imaginário e a liberdade, assim, a palavra despertava inquietações – dependendo de onde era enunciada. No mesmo poema, Aguinaldo Fonseca (1951) faz do jogo dos discursos algo a ser problematizado, já que o autor acredita que havia sido “(...) fadado à nascença para ser/ Aquilo que não sou” (FONSECA, 1951, p. 13). Mas qual o porquê de se encontrar nas mãos de seu próprio desconhecimento? A deturpação da imagem do nativo, por conta do discurso colonizador, tem muito a dizer sobre, afinal, “Porque contam de mim histórias que não sei?/ Porque me hão-de apontar na rua, quando passo?” (FONSECA, 1951, p. 13). Assim, não só com estereótipos os discursos alheios mexiam, mas também com o futuro e da pior maneira possível: furtando-o

Furtaram-me o livrinho onde estava o meu Destino

E eram-me um destino desconhecido

Furtaram-me tudo...

Não sei se na minha infância

Ou se logo quando eu nascia

Eu devia ter muita coisa!

Eu devia ter muita coisa!... (FONSECA, 1951, p. 28)

A atuação do colonizador na vida do colonizado também consubstanciava um caráter de usurpação de coisas que advinham de direitos naturais (como no caso do destino). A repetição da frase “Eu devia ter muita coisa” também atenta para o ar de indignação que causa o furto de um destino, assim o autor afirma ainda que “O mundo está estragado!/ O mundo está cheio de ladrões! (...) Mas tudo, me furtaram tudo/ E agora não sou nada/ E agora não tenho nada” (FONSECA, 1951, p. 29). “Furtaram-me tudo” desloca o eixo para as desproporções nas relações do campo econômico e atribui significado mais íntimo aos outros furtos causados pela afirmação do projeto colonial português. Porém, mesmo diante de tantas fraturas, os poetas pareciam não parar de alimentar esperanças, como no caso de António Cardoso em seu poema “Alienação”, na obra *Poemas de Circunstâncias* (1961).

Estes são os versos da minha alienação

E do ódio e da razão  
 Que outros homens criaram  
 Em mim.  
 No entanto, no fundo seco dos meus olhos  
 Ainda moram crianças loiras e negras  
 Cantando uma qualquer canção de roda infantil! (CARDOSO, 1961,  
 p. 07)

Cardoso (1961) através deste poema mostra como os sentimentos desembocados pelas atitudes coloniais ganharam uma rede de articulação para legitimar ações de diversos carâteres. Denotando então a presença de uma consciência política crítica aos desmandos, o elemento da infância aparece novamente como refúgio à tal situação. Mas de fato quem é o colono para o poeta dissidente? Retornamos a Aguinaldo Fonseca, na sua obra *Linha do Horizonte* (1951), mas agora no poema “Divisão” e assim se apresenta a figura do colono para o poeta:

Eu e tu combinámos  
 Construir o nosso mundo.  
 Tu é que transportaste pedras, cal água e ferramentas;  
 Eu é que fiquei de longe apreciando:  
 A obra ia ficar tão bela!...  
 Eu é que inspeccionei tudo,  
 Com um sorriso de beatitude  
 A obra ia ficar tão boa!...  
 Tu é que pegaste na pá e na picareta...  
 Tu é que abriste estradas  
 E plantaste árvores à beira das estradas,  
 E ficaste com os pés e as mãos sangrando devido ao esforço do trabalho...  
 Mas eu é que tomei o automóvel  
 E percorri as estradas  
 E colhi os frutos das árvores que plantaste. (FONSECA, 1951, pp. 26  
 -27)

Vale salientar que nesse recorte do poema, o eu lírico é exatamente o indivíduo que se beneficia da exploração do trabalho do colonizado e colhe os frutos de tantos esforços, neste caso, o colonizador. Possuindo ainda como condicionante a relação binominal entre colono e colonizador, outro poema de

grande repercussão, do moçambicano José Craveirinha, denominado de “África”, em sua obra *Chigubo* (1963), merece destaque. Exatamente por alocar as lacunas que vão sendo tecidas pelo colonialismo, especialmente na imposição de crenças e hábitos, de modo violento. A segunda estrofe elucida tal afirmativa:

Amam-me com a única verdade dos seus evangelhos  
 A mística das suas missangas e da sula pólvora  
 A lógica das suas rajadas de metralhadora  
 E encham-me de sons que não sinto  
 Das canções das suas terras que não conheço (...)  
 (...)Ajoelham-me aos pés dos seus deuses de cabelos lisos (...)  
 E em vez dos velhos amuletos de garras de leopardo  
 Vendem-me a sua benção (...) (CRAVEIRINHA, 1963, pp. 12 -13)

Os seguintes trechos do poema amarram três questões presentes de forma costumeira nos vínculos com o projeto colonial: a imposição da religiosidade cristã aos moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos, etc; o estranhamento aos hábitos europeus (novamente aparecem as canções) e, por fim, o uso da violência como instrumento para dominação e afirmação dos preceitos coloniais. Craveirinha (1963) ainda ratifica seu ideal acerca do colonizador: “(...) são os filhos dos monstros que descobriram a Inquisição (...)” (p. 13).

O caráter denunciativo atrelado às produções se mantém presente de forma corriqueira. E é atrelado a tantas violências praticadas pelo colonizador que resistir e lutar tornam-se, através dos poemas, “um canto de amor e de luta, ritmado por uma obsessão constante de libertação” (SILVEIRA; SANTOS, 1973, p.05). O poema “Anti-evasão” (1962), de Ovídio Martins, desvela o teor de resistência carregada nos escritos:

Pedirei  
 Suplicarei  
 Chorarei  
 Não vou para Pasárgada

Atirar-me-ei ao chão  
 e prenderei nas mãos convulsas  
 ervas e pedras de sangue



Não vou para Pasárgada

Gritarei

Berrarei

Matarei

Não vou para Pasárgada. (MARTINS, 1962, p.55)

Em suma, por mais dificuldades de acesso e circulação que essas obras possuíam, de algum modo, as denúncias e manifestações de repreensão às atitudes coloniais, contidas nas diversas produções, “cantou a construção de uma África livre e exibiu ao mundo as mazelas da opressão colonialista” (FONSECA; MOREIRA, 2007, p. 44).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as leituras e abordagens realizadas, podemos dizer que a Literatura se constitui como um aporte para construção historiográfica de determinados grupos e sociedades assumindo um papel importantíssimo nas sociedades colonizadas, a exemplo das sociedades africanas sob o domínio do Império Português. Na Casa dos Estudantes do Império (Lisboa) (enquanto um espaço de estudo, memória e produção de ações anticolonial), essa importância fica ainda mais evidente. A CEI foi criada no intuito de abrigar os estudantes das colônias, em condições de dar continuidade a seus estudos na Metrópole, obviamente, como espaço de manutenção dos ideais coloniais, através do sistema educacional superior destinado aos estudantes que logravam da colônia, cuja meta era alimentar noções de unidade e de uma suposta “grande nação portuguesa”. Entretanto, a CEI acabara ganhando outros formatos, envolvendo temas e debates que contribuirá não só para formar intelectuais a serviço do colonialismo, mas também aqueles que militaram em defesa da libertação das colônias, tornando-se um espaço fomentador das ideias de libertação nacional e do direito de autodeterminação. Utilizados como pauta dos movimentos de libertação, os quais, encabeçados por associados que tornam-se líderes da resistência ao império português.

Desse modo, ao analisar a trajetória da CEI, mesmo diante de uma produção de conhecimento ainda delicada, tornou-se perceptível, até os presentes estudos, que a Casa dos Estudantes do Império se tornou um espaço específico de luta e de formação da consciencialização política para o combate das políticas coloniais e a criação de uma consciência nacional, particularmente através da literatura (ensaística, poema, romances, etc.), principal meio de circulação das ideias de resistência cultural e política. Mesmo diante do controle e da repressão da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), os estudantes do império encontram na produção literária, uma forma tática e estratégica de se manifestar contra a cultura do colonizador e de manter viva aspectos da cultura do colonizado.

Nesse sentido, contrariando os objetivos e expectativas das autoridades coloniais, que criaram a CEI para atuar como lugar de difusão e avivamento do

espírito e cultura do colonizador, a Casa dos Estudantes do Império se torna espaço de reação e assume um caráter de subversão. Em sua administração e subsequentemente na coordenação de seus editoriais, a influência de ideias libertárias alicerçada às constantes trocas de conhecimento entre os estudantes fomentaram uma expressiva e significativa produção literária de resistência e preservação da cultura e da língua do colonizado.

A poesia assume um papel de meio de confronto e combate anticolonial, em relação à suas expressões políticas e ideológicas, preservação de termos, valores, hábitos e costumes das sociedades tradicionais locais, em contraposição aos termos e discursos hegemônicos, por se tornarem um campo de valorização e expressão das experiências mais significativa (e quiçá íntimas) de seus enunciadores, os colonizados.

Vale salientar ainda que, as sucessivas ações repressivas (prisão de associados, proibição de atividades culturais, confisco de atas, livros e outras literaturas) por parte do Estado salazarista, seja através da instauração de duas comissões administrativas, da PIDE e da PSP (Polícia de Segurança Pública), ou através da cooptação educacional do colonizado, limitavam a ação dos estudantes da CEI. Havendo, portanto, aqueles que passaram a compactuar com a ideologia do colonizador, vendo em suas ações colonizadoras aspectos positivos. O que nos leva, também, a indagar o caráter heterogêneo da Casa dos Estudantes do Império, uma vez que, havia defensores e dissidentes sob o mesmo teto.

Em linhas gerais, o presente trabalho busca contribuir para o somatório de conhecimentos acerca da história da África colonial, sob o império português, visando sua utilização na formação de futuros professores de História nas escolas de Pernambuco, visando, particularmente trazer o olhar dos colonizados sobre o colonizador, através da sua literatura africana. E, desta forma, contribuir de algum modo para extirpar os olhares generalistas e caminhos que afirmem uma história única – e exclusivamente contada pela literatura colonial. Em uma pesquisa futura, pretendo aprofundar questões que circunscreve a criação de uma consciência nacional e um nacionalismo a partir da CEI para os movimentos de libertação interna.

## 5. REFERÊNCIAS

### 5.1 ACERVOS DIGITAIS

Fundação Mário Soares. Projeto Casa Comum: Acervo digitalizado de Mário Pinto de Andrade. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/> e <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=Mario+Pinto+de+Andrade>

UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. Multimídia e Notícias. Disponível em: <http://www.uccla.pt/media/0/4> .

### 5.2 BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultra colonialismo*. Trad. Eduardo de Almeida. 1. edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

ASSUNÇÃO, Marcelo Moraes. A importância do mito imperial na institucionalização do salazarismo. *Revista Noctua*, Brasília, v.1, n.3, p. 01-11, 2011.

BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMPOS, Ana Maria Ferreira. Novos rumos da educação no Estado Novo: influência da abertura da economia portuguesa no pós-II Guerra Mundial no sistema de ensino português. *Encontro APHES*. Coimbra, 2011. Disponível em: [http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao\\_4b/ana\\_campos\\_paper.pdf//](http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_4b/ana_campos_paper.pdf//). Acesso em : 10/12/2018.

CASTELO, Cláudia. *A Casa dos Estudantes do Império*: lugar de memória anticolonial, 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, In: **50 anos das independências africanas**: desafios para a modernidade : actas, Lisboa, 2010.

CATROGA, Fernando et al. *História da História Em Portugal Sécs. XIX-XX*. 1. edição, Coimbra: Circulo de Leitores e Autores, 1996.

CHARTIER, Roger, 1945 -. *A História ou a leitura do Tempo*/ Roger Chartier; [tradução de Cristina Antunes]. – 2 ed; 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015;

DÁSKALOS, Sócrates. *A Casa dos Estudantes do Império*: fundação e primeiros anos de vida, Lisboa, CML – Pelouro da Cultura, 1993;

ERVEDOSA, Carlos. **Era no tempo das acácias floridas**: Linda-a-Velha: ALAC, 1990;

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (Org.). **Historiador e Suas Fontes**. p.63-84, São Paulo: Editora Contexto. 2009;

FERREIRA, António Gomes; MOTA, Luís. Diferentes perspectivas de um ensino conservador: o ensino liceal em Portugal durante o Estado Novo (1936 - 1960). **Educar em Revista**, Curitiba – Brasil, n. 51, p. 145-174, 2014.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. **Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa**. In: Cadernos CESPUC de Pesquisa – Literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: PUCMinas. Série Ensaios, n. 16, p. 13-69, set. 2007.

FORMOSINHO, João; MACHADO, Joaquim. A regulação da Educação em Portugal: do Estado Novo à democracia. **Revista Educação**: temas e problemas, Évora – Portugal, v. 12-13, p. 17-40, 2013.

FREITAS, Sávio Roberto Fonseca de. **Noemia de Sousa**: Poesia Combate em Moçambique. Cadernos Imbondoeiro, v. 01, n. 01; João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/13521//> . Acesso em: 10/06/2018;

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MATA, Inocência. **A casa dos estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política**. Lisboa: UCCLA, 2015;

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993;

NÓVOA, António, **Evidentemente**: histórias da educação. Porto: Edições Asa, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005;

PINTO, António Costa. **O salazarismo e o fascismo europeu**: problemas de interpretação nas ciências sociais. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

VENÂNCIO, José Carlos. **Literatura e poder na África Lusófona** – Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992;

REMÉDIO, Maria Margarida Rodrigues. **A lição de Salazar e a iconografia do Estado Novo**: Contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939). 2012. Dissertação (Mestrado em Didáctica da História) – Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa.

ROSAS, Fernando. *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. **Análise Social**, vol. XXXV (157), p.1031-1054, 2001.

ROSAS, Fernando. Estado novo, Império e ideologia imperial. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 17, p. 19-32, 1995.

SANTOS, Mariana Lagarto dos. A escola e a ideologia colonial: contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa. In TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (orgs). **Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África**. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SERPA, Elio. Brasil e Portugal nas revistas portuguesas: língua, literatura e história. In: PAULO, Heloisa et al. **O beijo através do atlântico**. 1. ed, Chapecó. Editora Argos, 2001, 89-135.

SILVA, Giselda Brito. **A educação colonial do Império Português em África (1850 -1950)**. Cadernos do Tempo Presente, nº 21. UFS, 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/issue/view/426//> Acesso em: 05/02/2018.

SILVA, Giselda Brito. **A “educação colonial” do salazarismo para a África**: um debate das condições historiográficas atuais. XXVIII Simpósio Nacional de História - UFSC. Florianópolis, 2015b;

SILVA, Rejane Vecchia da Rocha e; SOUZA, Ubiratã. **Poesia de Combate Moçambicana**: tópicos de um realismo belicoso. Revista SCRIPTA, v. 20, n. 39, pp. 94 -116; Belo Horizonte, 2016.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2008.

URFALINO, Philippe. **A invenção da política cultural**. São Paulo: SESC, 2015.

## 6. ANEXOS

### 6.1 ANEXO 01:

#### PUBLICADO POR ESTUDANTES DA CEI EM 11 DE ABRIL DE 1964

##### C O M U N I C A D O

Já pouco restava aos estudantes ultramarinos, face às últimas determinações oficiais com que se sentiram atingidos, para formar opinião segura sobre o objectivo primário das autoridades. Foi contudo o acontecimento ontem ocorrido a pedra-de-toque que descerrou intenções e revelou escandalosamente um processo que visa tendencialmente a liquidação de qualquer manifestação de autonomia deliberativa e gerente entre os estudantes ultramarinos - inserindo-se mesmo no contexto geral da repressão a nível da Universidade.

Senão, vejamos:

1.-Tinham desde há anos sido criadas e vinham funcionando as comissões de passagens a férias ao Ultramar que emanadas da vontade democrática dos estudantes ultramarinos realizavam o sentido da expressão geral e colmatando desse modo uma falha existente na regulamentação então vigente.

Pois bem! Ultrapassando e desconhecendo o bom trabalho dessas comissões surgiu o Decreto 45657 que para além de revelar sobre a matéria precipitação e profundo desconhecimento significou ainda uma minimização ofensiva do trabalho até aí realizado pelas comissões e representou lesiva interferência nos princípios da autonomia estudantil.

Mas foi ainda a questão suscitada em tal empreendimento e a reacção pronta dos estudantes ultramarinos que permitiu sindioar a opinião generalizada dos mesmos estudantes sobre a gestão estudantil e mais uma vez deu ao a afirmação da posição das autoridades face a essa legítima pretensão, que ao fim e ao cabo se traduziu em menorização do interesse primário e, ao que julgamos, fundamental dos beneficiários das passagens de férias.

2.-Em Outubro último, eram presos vários colegas nossos, alguns dos quais em Moçambique onde se encontravam em gozo de férias. Facto ainda que se repetiu em Janeiro desta ano.

Desconhecem os sócios da C.E.I. os motivos de tais detenções. E é natural esperar que, enquanto não possuam justificação e argumentos que honestamente os convençam do contrário, pensem em que provavelmente tal se apóia no facto dos referidos elementos serem dos mais activos e realizadores no seio da Associação. Pois nem as autoridades se preocuparam em esclarecer-nos sobre tratar-se de qualquer coisa diferente duma manobra de intimidação e de supressão de elementos válidos.

Ingénuos nós ou ingénua eles?

3.-Ainda em Outubro e por nova sortida da P.I.D.E. é feita uma busca à Associação que culminou na detenção dos ficheiros, livros de contas e propostas de accção, levadas por agentes daquela organização.

Então nos foi afirmado que tal gesto correspondia a ponto de accção integral do nas legais démarches dum "processo" que a polícia intentava promover.

Mas hoje, volvidos tantos dias - mais dos que se podem considerar indispensáveis à duração de um processo - começa a radicar-se nos sócios desta casa a convicção alimentada de que, tratando-se de elementos indispensáveis ao normal funcionamento e até sobrevivência da Associação, se está perante uma supressão definitiva...com os aspectos morais que em si envolve, mesmo tendo em conta a "legalidade" do facto. Ou poder ter outra interpretação tal acto?

Esperemos.

4.-Ontem quando se pretendia levar à realização um culquéio sob a orientação do Prof. Dr. Magalhães Godinho, inesperada e injustificadamente surgiu por mão da P.S.P. uma proibição que se dizia emanada da vontade duma autoridade superior - que em contactos havidos ulteriormente não foi possível identificar, mau grado toda uma vontade nossa.

Muito, de desfavorável certamente, se poderia dizer sobre tal atitude. E mais ainda quando nela se inscreve também a determinação - da mesma autoridade desconhecida embora suspeitada - de que as conferências futuras na Associação se não poderão realizar sem autorização superior (sic).

É facto, mesmo muito fácil, compreender mas não aceitar mais esta atitude das autoridades.

E não se aceita porque em primeiro lugar vem a proibição recair sobre o que legalmente pode a Associação realizar - afinal o que está dentro das suas finalidades estatutárias - dado que tratando-se dum ente colectivo de personalidade jurídica reconhecida lhe assiste capacidade para realizar os fins a que se propõe. E não se concretizando estes a morte do organismo é a tradução natural.

Mas não se aceita também - e porque parece já não haver ocasião a legalidade - porque se integra tal atitude no âmbito das orientações gerais das autoridades traduzidas ontem, hoje e sempre num processo deliberado de afastamento dos estudantes dos seus problemas através de uma sistemática atitude significada em negações de autonomia, alienação e adormecimento da personalidade do estudante ultramarino, em tentativa de subvalorização da sua consciência desperta.

E não se aceita ainda porque se inserindo no processo geral de repressão a nível da Universidade se torna necessário em prol de uma paz saudável e gloriosa

Fonte: Fundação Mário Soares – Acervo Casa Comum

## 6. 2 ANEXO 2:

AVISO E ANÚNCIOS OFICIAIS – ANÚNCIO DE CONCESSÃO DE BOLSA, PELA CEI, A  
AMÍLCAR LOPES CABRAL

**AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS**  
**Casa dos Estudantes do Império**  
**ANÚNCIO**

Para os devidos efeitos se comunica a lista da classificação dos concorrentes à bolsa de estudos a conceder na metrópole, referente ao anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 19, de 12/5/45.

- 1.º — Amílcar Lopes Cabral.
- 2.º — Arnaldo Lopes Mariano.
- 3.º — Arnaldo Celestino Santos.
- 4.º — Olavo Moniz.
- 5.º — Estuino de Brito.
- 6.º — Alfredo Carvalho Veiga.
- 7.º — Eduardo Vieira Fontes.
- 8.º — Mário Antunes Correia Pinto.
- 9.º — Silvestre Pinheiro Faria.

Validade do concurso: dois anos.

Mais se comunica que:

(a) atendendo a que o nível económico da maioria dos estudantes de Cabo Verde é baixo, raros sendo aqueles que dispõem duma mesada superior a 800\$.

(b) tendo em vista que o sr. Amílcar Cabral já possui uma bolsa concedida pelo Liceu Gil Eanes no valor de 300\$, conforme nos foi comunicado pela Reitoria do Liceu, a direcção da Secção de Cabo Verde da Casa dos Estudantes do Império determina que:

- 1.º — O sr. Amílcar Lopes Cabral é considerado bolseiro da Secção de Cabo Verde da C. E. I. com todas as regalias e obrigações inerentes a tal categoria.
- 2.º — O sr. Amílcar Lopes Cabral receberá mensalmente, a partir da data do seu embarque para a metrópole, a quantia de 450\$ (quatrocentos e cinquenta escudos) que com os 300\$ da bolsa do Liceu prefaz 800\$ mensais.
- 3.º — O total das receitas dos bolsheiros da Secção não poderá exceder 800\$ mensais, ficando assim alterada a parte do anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 19, de 12/5/45 que diz: bolsa no montante de 900\$ mensais.
- 4.º — O sr. Arnaldo Lopes Mariano é considerado «subsidiado» da Secção de Cabo Verde da C. E. I. devendo receber mensalmente, a partir de 1 de Outubro de 1945 até ao fim do curso, o subsídio de 400\$ por verba transferida do capítulo «bolsheiros» do orçamento da Secção para o capítulo «subsídios» do mesmo.

Lisboa, 2 de Agosto de 1945.

A Direcção da Secção de Cabo Verde. — *Humberto Duarte Fonseca*  
 — *Jaime Hemério dos Santos* — *Ilda Maria Feijó* — *Jorge Duarte Fonseca* — *Raúl Correia Pinto* — *José Martins da Fonseca*.